

DESENVOLVIMENTO HUMANO



RELATÓRIO 2023/2024

VISÃO GERAL

Acabar com o impasse

Reinventar a
cooperação num
mundo polarizado

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada num sistema de recuperação ou transmitida, sob qualquer forma ou por qualquer meio, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem autorização prévia.

Avisos gerais. As designações utilizadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (HDRO) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites. As linhas pontilhadas e tracejadas nos mapas representam linhas fronteiriças aproximadas relativamente às quais pode não existir ainda um acordo total.

As conclusões, análises e recomendações do relatório, tal como nos relatórios anteriores, não representam a posição oficial do PNUD ou de qualquer um dos Estados membros da ONU que fazem parte do seu Conselho Executivo. Também não são necessariamente endossadas pelas pessoas mencionadas nos agradecimentos ou citadas.

A menção de empresas específicas não implica que estas sejam apoiadas ou recomendadas pelo PNUD em detrimento de outras de natureza semelhante que não são mencionadas.

Alguns dos valores incluídos na parte analítica do relatório, quando indicados, foram estimados pelo HDRO ou por outros colaboradores do relatório e não correspondem necessariamente às estatísticas oficiais do país, zona ou território em causa, que podem utilizar métodos alternativos. Todos os valores incluídos no Anexo Estatístico provêm de fontes oficiais. O HDRO tomou todas as precauções razoáveis para verificar as informações contidas na presente publicação. No entanto, o material publicado está a ser distribuído sem qualquer tipo de garantia, expressa ou implícita.

A responsabilidade pela interpretação e utilização do material é do leitor. Em caso algum o HDRO e o PNUD serão responsáveis por danos resultantes da sua utilização.

Os contributos assinados nas caixas e nos destaques representam as opiniões dos autores e são o produto de uma investigação independente da sua responsabilidade. Não representam necessariamente a posição ou as opiniões do Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano ou do PNUD. Quaisquer erros ou omissões são da responsabilidade dos autores. São apresentados no relatório com o objectivo de estimular o debate e incentivar um maior diálogo entre investigadores e decisores.

Impresso nos EUA, pela AGS, uma empresa RR Donnelley, em papel certificado pelo Forest Stewardship Council e sem cloro elementar. Impresso com tinta de origem vegetal.

Acabar com o impasse

Reinventar a cooperação num mundo polarizado

Equipa

Director e autor principal

Pedro Conceição

Investigação e estatísticas

Cecilia Calderón, Pratibha Gautam, Moumita Ghorai, Divya Goyal, Yu-Chieh Hsu, Christina Lengfelder, Brian Lutz, Tasneem Mirza, Rehana Mohammed, Josefin Pasanen, Fernanda Pavez Esbry, Antonio Reyes González, Som Kumar Shrestha, Ajita Singh, Heriberto Tapia e Yanchun Zhang

Gestão do digital, de dados e do conhecimento, comunicações, operações, Relatórios Nacionais sobre o Desenvolvimento Humano

Nasantuya Chuluun, Jon Hall, Seockhwan Bryce Hwang, Nicole Igloi, Admir Jahic, Mohammad Kumail Jawadi, Fe Juarez Shanahan, Minji Kwag, Ana Porras, Stanislav Sailing, Marium Soomro e Sajia Wais

Conselho Consultivo

do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2023/2024

Co-presidentes

Tharman Shanmugaratnam
Presidente da República de Singapura

Joseph E. Stiglitz
Professor universitário, Universidade de Columbia

Membros

Olu Ajakaiye
Presidente Executivo, Centro Africano para o Desenvolvimento Partilhado de Capacidades, Nigéria

Scott Barrett
Instituto Lenfest-Earth, Professor de Economia dos Recursos Naturais, Universidade de Columbia

Kaushik Basu
Professor de Estudos Internacionais, Estudos Internacionais, Universidade de Cornell

Laura Chincilla
Antiga Presidente da República da Costa Rica

Diane Coyle
Professora Bennett de Políticas Públicas e Co-Directora do Instituto Bennett de Políticas Públicas, Universidade de Cambridge

Oeindrila Dube
Professora Philip K. Pearson, Harris School of Public Policy, Universidade de Chicago

Cai Fang
Perito Principal do Grupo de Reflexão Nacional, Academia Chinesa de Ciências Sociais

Marc Fleurbaey
Director de Investigação, CNRS; Professor, Escola de Economia de Paris; Professor Associado, Ecole normale superior, Paris

Ravi Kanbur
Professor, Universidade de Cornell

Judith Kelley
Reitora, Duke Sanford School of Public Policy, Universidade de Duke

Melissa Leach
Directora, Instituto de Estudos de Desenvolvimento

Harini Nagendra
Director, Centro de Investigação, e Professor e Director, Centro para as Alterações Climáticas e Sustentabilidade, Universidade Azim Premji

Abebe Shimeles
Professor Honorário, Universidade da Cidade do Cabo; Director Executivo cessante, Consórcio Africano de Investigação Económica

Belinda Reyers
Professora, Universidade de Pretória; Investigadora Afiada, Instituto Beijer de Economia Ecológica, Academia Real Sueca de Ciências

Ilona Szabo De Carvalho
Co-fundadora e presidente, Instituto Igarapé, Brasil

Krushil Watene
Professor associado Peter Kraus, Professor de Filosofia, Universidade de Auckland

Prefácio

Vivemos num mundo fortemente interligado. No entanto, os desafios globais partilhados e interligados, como as alterações climáticas desenfreadas, estão a ultrapassar as capacidades das nossas instituições para lhes dar resposta. Enfrentamos "um impasse global", exacerbado pela crescente polarização nos nossos países, que se traduz em barreiras à cooperação internacional.

Porque é que, apesar de todas as nossas riquezas e tecnologias, estamos tão bloqueados? É possível mobilizar acções para enfrentar desafios globalmente partilhados num mundo intensamente polarizado? Estas questões motivam o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2023/2024. Firmemente alicerçado nos avanços alcançados nos seus antecessores, o Relatório recorda-nos que as nossas aspirações comuns de desenvolvimento têm de ir além das conquistas de bem-estar, permitindo também que as pessoas se sintam mais em controlo das suas vidas, menos ameaçadas e mais capacitadas para agir sobre os desafios partilhados.

O custo humano deste impasse crescente é enorme. Em vidas perdidas, em oportunidades perdidas, em sentimentos de desespero. Após 20 anos de progresso, e pela primeira vez na história, as desigualdades nos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – que medem a saúde, a educação e o nível de vida de um país – estão a aumentar entre os países na base e os países no topo do índice. Após os declínios registados em 2020 e 2021 no valor global do IDH, o mundo teve a oportunidade de avançar melhor. Em vez disso, este Relatório sobre o Desenvolvimento Humano mostra que a nossa comunidade global está a ficar aquém das expectativas. As mortes em combate e as deslocações devido a conflitos violentos estão a aumentar, atingindo os níveis mais elevados desde a Segunda Guerra Mundial. A década de temperaturas cada vez mais altas, 2023 foi a mais quente alguma vez registada. A trajetória do progresso do desenvolvimento humano flectiu para baixo e está agora abaixo da tendência anterior a 2019, ameaçando consolidar perdas permanentes no desenvolvimento humano.

A menos que mudemos de rumo.

Ainda podemos corrigir as desigualdades no desenvolvimento humano, mas temos de aprender rapidamente algumas lições. Para começar, o relatório argumenta que precisamos de capitalizar as nossas ligações globais, escolhendo a cooperação em vez do conflito. O relatório mostra como a má gestão das interdependências transfronteiriças (a resposta à pandemia de Covid-19, por exemplo) está na origem de muitos desafios contemporâneos, que vão desde o endividamento de numerosos países de baixo e médio rendimento a ameaças à segurança alimentar e a um sentimento generalizado de perda de poder em todo o mundo. Uma nova análise do relatório, que utiliza dados do Inquérito sobre Valores Mundiais, mostra que apenas metade da população mundial se sente no controlo das suas vidas e que apenas um terço das pessoas acredita que a sua voz é ouvida no seu sistema político.

Olhando para o futuro, haverá cada vez mais oportunidades e desafios partilhados a nível mundial. Para além da elevada interdependência económica, são dois os principais factores de interdependência que poderão moldar o nosso futuro nas próximas décadas. Em primeiro lugar, as perigosas alterações planetárias do Antropoceno estão a aprofundar as ligações globais entre sociedades, economias e ecossistemas: os vírus, os microplásticos nos nossos oceanos e os incêndios florestais não se importam muito com as fronteiras nacionais. Como defende o Relatório, podemos optar por desglobalizar, mas não podemos "desplanetizar". Em segundo lugar, a Revolução Digital em curso conduziu a um aumento vertiginoso da partilha de dados, ideias e cultura entre as sociedades.

Para quebrar o impasse, o Relatório é um convite para reinventar a cooperação através da prossecução de três ideias pelas quais encoraja o mundo a lutar.

Em primeiro lugar, é imperativo procurar um terreno comum, aceitando simultaneamente que as pessoas terão o direito de manter os seus interesses e prioridades diferentes. A dissipação de um nevoeiro de falsas diferenças, ou de percepções erróneas, é uma das formas mais eficazes de mudar o comportamento no sentido de uma cooperação que responda a desafios comuns.

Em segundo lugar, temos de permitir que as pessoas prossigam as suas ambições legítimas e naturais em matéria de segurança humana sem protecçãoismo. Já passaram 30 anos desde que o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1994 introduziu a noção de segurança humana. Esta noção centra-se nos factores que permitem às pessoas moldar as suas vidas sem medo, sem carências e sem dignidade. Desde a transição energética até à inteligência artificial, o debate sobre os riscos e os desafios tem de ser reequilibrado com a articulação coerente do potencial para viver, pela primeira vez, com um excedente de energia e com uma inteligência artificial que aumente o que as pessoas podem fazer.

Em terceiro lugar, precisamos de uma arquitectura do século XXI para a cooperação internacional, a fim de fornecer bens públicos mundiais. Isto inclui os bens públicos planetários necessários para navegar no Antropoceno – desde a atenuação das alterações climáticas à preparação para pandemias e à preservação da biodiversidade – bem como as infraestruturas públicas digitais e os bens públicos digitais que permitirão que a Revolução Digital seja aproveitada de modo a permitir que as pessoas prosperem de formas mais equitativas.

Os bens públicos mundiais são vitais para o nosso futuro interdependente enquanto cidadãos globais e exigem que se repense o financiamento internacional para complementar a ajuda ao desenvolvimento (apoio aos países pobres) e a ajuda humanitária (salvar vidas em situações de emergência).

Com efeito, temos de reconhecer o facto inegável de que temos agora acesso a novos mecanismos financeiros, tecnologias extraordinárias e o nosso maior trunfo: o engenho humano e as nossas capacidades de cooperação. No entanto, actualmente, os psicólogos alertam para o facto de muitas crianças se sentirem ansiosas e de sentirem que vivem num mundo que não se preocupa com o seu futuro. Este relatório é um apelo à mobilização – podemos e devemos fazer melhor do que isto. Traça caminhos para o futuro e convida ao diálogo sobre como reinventar a cooperação.

Achim Steiner
Administrador
Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento

Agradecimentos

Como fazer sentido ao produzir um Relatório sobre o Desenvolvimento Humano em tempo de guerra? Não só de guerras entre países e dentro de cada país, mas também com o nosso planeta, connosco próprios e com o nosso futuro? Estas questões pesaram muito nas nossas mentes. Mas, com o tempo, reforçaram a determinação da equipa, alimentada pela convicção de que as mensagens recorrentes dos sucessivos Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano são mais relevantes do que nunca. É preciso repeti-las e reafirmá-las, porque, embora possam já ter sido ditas muitas vezes, parecem estar a ser cada vez mais relegadas para segundo plano. A primazia das pessoas como objectivo e agente do desenvolvimento. A importância crucial de permitir que as pessoas vivam livres da carência, do medo e da indignidade, ainda relevante 30 anos após a introdução do conceito de segurança humana no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1994. Reduzir as desigualdades no desenvolvimento humano.

Este, tal como outros Relatórios de Desenvolvimento Humano, é um exame das barreiras que permitem às pessoas viverem as suas vidas com todo o seu potencial e o que fazer para as ultrapassar. E aqui há muito que é novo no mundo actual. Com base no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2021/2022, que identificou a polarização como uma barreira para enfrentar os desafios partilhados como uma das novas camadas de incerteza que o mundo enfrenta, este Relatório faz um mergulho profundo nas razões pelas quais a polarização está a

aumentar, como isso cria um impasse na acção colectiva e como reinventar a cooperação para quebrar o impasse. O Relatório só foi possível graças ao encorajamento, à generosidade e aos contributos de muitos colaboradores, reconhecidos apenas imperfeita e parcialmente nestes agradecimentos.

Os membros do Conselho Consultivo são reconhecidos juntamente com a equipa do relatório, dadas os seus contributos fundamentais para o enquadramento e análise no relatório. Mas gostaríamos de reconhecer em particular o copresidente Presidente Tharman Shanmugaratnam, que tem sido graciosa e generosamente copresidente desde 2019, e concordou em permanecer nesta função mesmo depois de assumir um alto cargo. Nós, e todos os interessados no desenvolvimento humano e no desenvolvimento em geral, temos uma enorme dívida de gratidão para com o Presidente Tharman.

Complementando o aconselhamento do nosso Conselho Consultivo, o Painel Consultivo de Estatísticas do Relatório forneceu orientações sobre vários aspectos metodológicos e de dados do Relatório – em especial os relacionados com o cálculo dos índices de desenvolvimento humano do Relatório. Estamos gratos a todos os membros do painel: Mario Biggieri, Camilo Ceita, Ludgarde Coppens, Koen Decancq, Thomas Helgeson, Jason Hickel, Milo-rad Kovacevic, Steve Macfeelys, Silvia Montoya,

Shantanu Mukherjee, Ekaterina Poleshchuk, Michaela Saisana, Hany Torky, Mohd Uzir e Dany Wazen.

Agradecemos também todos os dados, contributos escritos e revisões pelos pares dos esboços de capítulos do relatório, incluindo os de Barbara Adams, Scott Barret, Cornelia Betsch, Robert Böhm, Wolfgang Buchholz, Leonardo Bursztyn, Fernando Casal Bertoa, Patricia Clavin, Tiago Devesa, Charles Efferson, Charlotte Fiedler, Odd-Helge Fjeldstad, Katha Freistein, Karla Daniela González, Kenneth Harttgen, Nicole Hassoun, Luca Henkel, Joseph Henrich, Tadashi Hirai, Ingrid Home Sjursen, Eduardo Ibarra-Olivio, Solava Ibrahim, Otto Ilona, Julia Leininger, Andrea Marinucci, Ronald Mendoza, José Antonio Ocampo, Laura Pereira, Hannah Pool, Marcela Rios Tobar, Todd Sandler, Emanuele Sapienza, Armin von Schiller, Tobias Schillings, Phillip Sprengholz, Andrew Thompson, Jurel Yap e Sarah White.

Estamos especialmente gratos pela estreita colaboração com os nossos parceiros: Conselho Internacional de Ciência, incluindo Peter Gluckman e Megha Sud; Lloyd's Register Foundation, incluindo Suela Aksoy e Ed Morrow; McKinsey Global Institute, incluindo Anu Madgavkar; Peace Research Institute Oslo, incluindo Siri Aas Rustad, Andrew Arasmith, Kristine Helskog e Gudrun Østby; South-North Scholars, incluindo Nino Nadirashvili e Charlie Zong; o Climate Impact Lab, incluindo Hannah Hess; Gallup, incluindo Jon Clifton e Andrew Rzepa; o Global Policy Laboratory, incluindo

Solomon Hsiang, Jonathan Proctor e Luke Sherman; a Human Development and Capability Association, incluindo Ann Mitchell e Melanie Walker; o International Institute for Applied Systems Analysis, incluindo Luis Gomez Echeverri, Pratik Patil e Elena Rovenskaya; a Oxford Poverty and Human Development Initiative, incluindo Sabina Alkire, Maya Evans, Alexandra Fortacz e Usha Kanagaratnam; o Banco Mundial, incluindo Indermit Gill e Luis Felipe López-Calva; o World Inequality Lab, incluindo Lucas Chancel; bem como colaborações de investigação com Ingvild Almås, David Blanchflower, Alexander Bryson, Erle Ellis, Nicholas Depsky, Paul Hufe, Diren Kocakusak, Justin E. Lane, Stephen Sepaniak e F. LeRon Shults.

No processo de preparação do relatório deste ano, foram efectuadas várias consultas a peritos temáticos e regionais e numerosas consultas informais a muitas pessoas sem um papel consultivo formal. Agradecemos os contributos para estas consultas de Ima Abdul Rahim, Lina Abirafeh, Jeremy Adelman, Arun Agrawal, Aroe Ajani, Fonteh Akum, Henry Alinaitwe, Ingvild Almås, Tariq Al-Olaimey, Sherine Al-Shawarby, Phillip Apuuli Kasaija, Elsie Attafuah, Tan Sri Azman Hj Mokhtar, Joe Bak-Coleman, Anne Bardsley, Carl Bergstrom, Amar Bhattacharya, Debapriya Bhattacharya, Haroon Bhorat, Roberto Bissio, Lia Brazil, Carlos Brown, Joanna Bryson, Vural Çakır, Miguel Centeno, Tan Sri Dato Seri Jeffrey Cheah, Sysan Clayton, Sarah Cliffe, Dawnelle Clyne, Flavio Comim, Alistair Cook, Vanesa D'Alessandre, Yves Daccord, Isabel de Saint Malo, Dagomar Degroot, Faisal Devji, Catherine D'Ignazio, Ishac Diwan, Jamie Drummond,

Jaco Eyelu, Nadim Farajalla, Hege Fisknes, Peter Frankopan, Jemima Garcia-Godos, Nilanjan Ghosh, Andrew Grotto, John Haldon, Corinne Heckmann, Oli Henman, Luis Hernán Var-gas, Eria Hisali, Karla Hoff, Nadim Houry, Saleemul Huq, Nigar Islamli, Andry Ivanov, Jennifer Jacquet, Rasha Jarhum, Xu Jin, Mitzi Jonelle Tan, Tehmina Kaoosji, Ibrahim Kasirye, Lina Khatib, Julius Kiiza, Ruth Kitamirike, Martin Korte, Nagesh Kumar, Oliver Lacey Hall, Michèle Lamont, Lyse Langlois, Julia Leininger, Sharachchandra Lele, Hod Lipson, Genevieve Lively, Hela Lotz-Sisitka, Winnifred Louis, Fatmata Lovetta Sesay, Tan Sri Jamilah Mahmud, Andrés Malamud, Beckie Malay, Yadvinder Malhi, Kanchan K. Malik, Heghine Manasyan, Emma Marris, Steve McCorriston, Tarik Megerisi, Emel Memis, Rana Mitter, Roman Mogilevskii, Petra Molnar, Samar Muhareb, Khalid Mustafa Medani, Mwam-butsya Ndebese, Sjeila Ngatria, Dianah Ngui Muchai, Ibrahim Okumu, Iliana Olivie, Margie Ong, Mavis Owusu-Gyamfi, Foteini Papagioti, Toril-Iren Pedersen, Tawana Petty, Seeta Prabhu, Cristelle Pratt, Satin Seri Sunita Rajakumar, Michael Robbins, Emma Ruttkamp-Bloem, Silvia Salvatici, Marc Saner, Mahendhiran Sanggaran Nair, Carlos Scartascini, Mario Scharfbilli, Kareem Shaheen, Binyam Sisay Mendisu, Scott Smith, Masashi Soga, Hema Sridar, Erika Stael von Holstein, Abida Suleri, Zeynep Tufekci, Gatoloaifaana Tilianamua Afamasaga, Lucas Tse, Tania Vásquez Luque, Harvey Whitehouse, Deborah Will-ing, John Willshire, Jiajun Xu, Ong Keng Yong, Zhang Yujun, Anis Yuszal Yusoff e Yingqin Zheng.

Estamos gratos pelos diálogos especialmente estreitos na

Universidade de Duke, com Stephanie Alt Lamm, Sarah Bermeo, Nadia Chamberlain, Judith Kelley, Anirudh Krishna, Eddy Malesky e Kerilyn Shewel; na Universidade de Chicago, com Natalie Arsenault, Alison Baulos, Luis Bettencourt, Christopher Blattman, Emily Grant, Michael Greenstone, Gary Herrigel e Mathias Staisch; na Universidade de Georgetown, com Dagomar Degroot; e na Universidade de Yale, com David Alzate, David Engerman, Jessica Faieta, Ardina Hasanbasri, Jim Levinsohn, Costas Meghir, Aishwarya Ratan, Ernesto Zedillo e com Emma Sky, bolseira mundial de Yale Greenberg. Agradecemos a colaboração dos académicos do South-South Global Thinkers.

Outros apoios foram também prestados por pessoas demasiado numerosas para serem aqui mencionadas. As consultas estão listadas em <https://hdr.undp.org/towards-hdr-2023>. Agradecemos os contributos, o apoio e a assistência de muitos colegas de toda a família das Nações Unidas. Entre eles contam-se o Gabinete Executivo do Secretário-Geral, através de Michèle Griffin; o Gabinete das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, incluindo Dima Al-Khatib, Zanofer Ismalbebbe e Naveeda Nazir; a Campanha de Acção dos ODS das Nações Unidas, incluindo Xavier Longan, Marina Ponti e Olcay Tetik; a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres, incluindo Ginette Azcona e Papa Seck; a Organização Internacional do Trabalho, incluindo Rafael Díaz de Medina, Youcef Ghellab, Roger Gomis, Steven Kapsos e Sangeon Lee; a Divisão da População das Nações Unidas, incluindo Patrick Gerland; o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, incluindo

Dany Ghafari; o Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, incluindo Olivier Labé, Alasdair McWilliam, Patrick Montjoudes e Said Ould Ahmedou Voffal; e o Instituto Mundial de Investigação Económica para o Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas, incluindo Rahul Lahoti. Todos os gabinetes regionais e centrais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e os gabinetes nacionais são também reconhecidos com grande gratidão.

Muitos colegas do PNUD deram conselhos e contributos e organizaram consultas. Estamos gratos a Jairo Acuna Alfaro, Tehmina Akhtar, Abdallah Al Dardari, Darah Aljoudar, Elsie Attafuah, Julie Axelsen, Niloy Banerjee, Fiona Bayat-Renoux, Julie Berg, Tessa Bertrand, Georgiana Braga'Orillard, Michele Candotti, Alessandra Casazza, Angelique M. Crumbly, Mirko Ebelshaeuser, Maja Edfast, Ahunna Eziakonwa, Alfonso Fernández, Almudena Fernández, Sara Ferrer, Arvinn Gadgil, Raymond Gilpin, Carolina Given Sjölander, George Gray Molina, Janil Greenaway, Niamh Hanafin, Wenwen He, Caroline Hopper-Box, Vanessa Howe-Jones, Ghida Ismail, Tomohiro Kawase, Julia Kercher, Adithya Kumar, Raquel Lagunas, Bas Leurs, Sarah Lister, Fatmata Lovetta Sesay, Zhaoxi Meng, Ulrika Modeér, Luca Monge Roggarello, Annet Mpabulungi Wakabi, Michelle Muschett, Marcos Athias Neto, Sjeila Ngatria, Shoko Noda, Mizuho Okimoto-Kaewtathip, Robert Opp, Anna Ortubia, Thangavel Palanivel, Prachi Paliwal, Stefano Pettinato, Ricardo Pineda, Sarah Poole, Corli Pretorius, Georgios Profiliotis, Soha Rasheed, Luca Renda, Carolina Rivera

Vázquez, Sara Maaria Saastamoinen, Philip Schellekens, Bahdja Sehlí, Narue Shiki, Ashvinder Singh Pramjit Singh, Ben Slay, Anca Stoica, Rania Tarazi, David Tat Ui Tan, Claire van der Vaeren, Federico Vaz, Francis Wasswa, Kanni Wignaraja, Bronwyn Williams, Clarise Wilson, Haoliang Xu, Shinobu Yamaguchi e Ivana Živković. Estamos também gratos a todos os Signals Scanners do PNUD e aos Accelerator Labs do PNUD que participaram nas consultas.

Tivemos a sorte de contar com o apoio dos consultores de operações Judey Austin, Beatrice Chinapen e Milagros Feliciano e de talentosos estagiários e verificadores de factos: Dopé Adjor, Natalia Aguilar Ruiz, Edwige Bayili, Parth Chawla, Seussler Daniel, Modi Michael Elisa, Morgane Hamza, Sijie Han, Yingyilong Hu, Jessica Karki, Alive Lassman, Danielle Mallon, Luiza Naka-mura, Paricia Nogueira, Nazifa Rafa, Maria Nathalia Ramirez, Yu-Ya Rong, Laura San-zarello, Zahraa Shabana, Ching To Chung, Diego Vallejo, Yuqing Wang, Xuan Yi e Moya Zhu.

O Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano também estende a sua sincera gratidão à República da Coreia, bem como aos Governos do Japão e de Portugal, pelas suas contribuições financeiras. O seu apoio foi muito apreciado e continua a ser essencial.

Estamos gratos pelo trabalho altamente profissional dos nossos editores e artistas de paginação na Communications Development Incorporated, liderada por Bruce Ross-Larson, com Joe Caponio, Meta de Coquereau, Mike Crumplar, Christopher Trott e Elaine Wilson. Bruce, em especial,

está tão envolvido no processo que se sente parte da equipa, tal como tem acontecido com todos os Relatórios de Desenvolvimento Humano ao longo das décadas.

Gostaríamos de invocar calorosamente a memória de Inge Kaul, uma das primeiras dirigentes do Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano e pioneira no domínio dos bens públicos mundiais – ao qual este Relatório regressa – e uma pensadora e mentora ferozmente independente. Sentimos muito a falta de Inge.

É difícil exprimir o quanto devemos ao Administrador do PNUD, Achim Steiner. Ao dar-nos o espaço e a liberdade para explorar e correr riscos, para experimentar coisas novas – não só nos Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano, mas para além disso, incluindo inovações sem precedentes, como a Human Climate Horizons Platform (<https://horizons.hdr.undp.org/>) – tem sido sempre generoso na partilha do seu tempo (um bem precioso!) e sabedoria com a equipa. O nosso gabinete chama-se Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, mas, como ele sempre nos lembra, o objectivo não é produzir um relatório, mas sim fazer avançar os debates sobre o desenvolvimento humano e convidar os decisores a envolverem-se na análise. Como sempre, esforçamo-nos por cumprir esta aspiração.

Pedro Conceição
Director
Gabinete do Relatório sobre o
Desenvolvimento Humano

Conteúdo do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2023/2024

Prefácio

Agradecimentos

Síntese

Visão geral

PARTE I

Promoção do desenvolvimento humano num mundo interdependente

CAPÍTULO 1

O desenvolvimento humano é afectado quando a interdependência é mal gerida

Progresso mais lento? Uma recuperação desigual e incompleta do desenvolvimento humano desde o pico de 2020-2021

A má gestão da interdependência impõe custos ao desenvolvimento humano

As perspectivas de desenvolvimento do arbítrio e do bem-estar serão moldadas pela gestão da interdependência

CAPÍTULO 2

A interdependência global persiste – mas está a ser remodelada

A persistência dos laços globais – um mundo hiperconectado com múltiplas interdependências globais

A interdependência global está a ser remodelada e é provável que persista no futuro

CAPÍTULO 3

Fornecer bens públicos mundiais para gerir a interdependência

O que são bens públicos mundiais?

O que é necessário para fornecer bens públicos mundiais? Eles não são criados de forma igual

Aplicar uma lente de bens públicos mundiais à resposta à Covid-19

PARTE II

Reinventar a cooperação, alargando o poder de intervenção e atenuando a polarização

CAPÍTULO 4

Analisar a forma de reforçar a acção colectiva

Começar com um modelo padrão de comportamento de escolha egoísta

Aplicar os conhecimentos da ciência comportamental, mas com cuidado

Reconhecer como a cultura molda o comportamento e as instituições

CAPÍTULO 5

Expandir o arbítrio para a acção colectiva

Como as lacunas de arbítrio impedem a acção colectiva

Reduzir as lacunas de arbítrio para promover a acção colectiva

Instituições para dar escala à acção colectiva – centradas nas pessoas, de propriedade conjunta e orientadas para o futuro

CAPÍTULO 6

Quebrar o impasse para melhorar a acção colectiva

Como é que surge a polarização política?

A polarização política põe em perigo a cooperação

Reforçar a acção colectiva internacional – agora

Notas

Referências

CAIXAS DE TEXTO

- O.1 Introdução aos bens públicos mundiais: O que são bens públicos mundiais de soma, de melhor resultado e de elo mais fraco?
- 2.1 A viagem global de um smartphone – uma história de impactos económicos, sociais e ambientais transfronteiriços
- 2.2 A mobilidade humana face às alterações climáticas: O caso do Vietname
 - S2.2.1 Bem-estar relacional e interdependente
- 3.1 Infra-estruturas públicas digitais e bens públicos digitais
- 3.2 O que leva os países a contribuir para os bens públicos mundiais?
- 4.1 Um modelo padrão de escolha egoísta do comportamento

4.2	Um modelo de escolha comportamental da tomada de decisões	O.6	A liberdade de expressão anda de mãos dadas com o arbítrio e tem vindo a diminuir nos últimos anos
4.3	As preferências sociais podem ser alargadas	O.7	Quanto maior for a percepção da insegurança humana, menor será a sensação de controlo sobre a própria vida
4.4	“Não é uma mentira se acreditarmos nela” – Crenças, normas sociais e acção colectiva	O.8	A percepção de arbítrio (controlo sobre a própria vida) é moldada pelo rendimento
4.5	A promessa e o perigo dos “empurrões” na mudança de comportamento	O.9	A igualdade de género na política está a ser limitada por normas sociais preconceituosas contra as mulheres
4.6	O contexto social molda o que as pessoas fazem e como se vêem a si próprias	1.1	O valor global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está abaixo da sua tendência anterior a 2019
4.7	Onde estão as políticas?	1.2	A recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está incompleta
5.1	Promover formas mais deliberativas de participação dos cidadãos	1.3	Prevê-se que a recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seja altamente desigual
5.2	O diálogo social no mundo do trabalho	1.4	Os países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foram deixados para trás
6.1	Raciocínio público e deliberação para o desenvolvimento humano	1.5	O valor projectado para 2023 do Índice de Desenvolvimento Humano de cada região em desenvolvimento é inferior à sua tendência anterior a 2019
FIGURAS		1.6	Declínios sem precedentes nos resultados da aprendizagem, medidos pelos resultados dos testes PISA
S.1	Uma mudança permanente na trajectória do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)?	1.7	As mortes de civis em resultado de conflitos estão a aumentar após anos de declínio
S.2	Prevê-se que a recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde o declínio de 2020-2021 seja altamente desigual	1.8	As pessoas forçadas a fugir das suas casas estão a aumentar para níveis recorde
S.3	A desigualdade entre os países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado e os países com IDH baixo está a aumentar, contrariando os declínios de longo prazo	1.9	As pressões planetárias estão dissociadas dos seus efeitos geográficos e temporais
S.4	O stress auto-referido aumentou na maioria dos países, mesmo antes da pandemia de Covid-19	1.10	As alterações climáticas podem provocar uma explosão das desigualdades no desenvolvimento humano
S.5	O paradoxo da democracia? Apoio inabalável à democracia, mas apoio crescente a líderes que a podem minar	1.11	As tendências de redução da fome no mundo inverteram-se
S.6	Razões para ter esperança: Melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano sem aumento das pressões planetárias	1.12	A pandemia de Covid-19 pode ter mudado permanentemente a trajectória da redução da pobreza
S.7	As lacunas de arbítrio na acção colectiva são maiores do que no controlo da própria vida	1.13	Liberdade de expressão - em regressão nos últimos anos
O.1	As mortes em guerras e as deslocações forçadas estão a piorar muito	2.1.	A hiperglobalização está a diminuir, mas a interdependência mantém-se a um nível elevado sem precedentes
O.2	As alterações climáticas podem provocar uma explosão das desigualdades	2.2	As remessas para os países de rendimento baixo e médio estão a aproximar-se do nível de investimento directo estrangeiro
O.3	A interdependência económica está a estabilizar em níveis muito elevados	2.3	O apoio a políticas anti-elite está a aumentar
O.4	A transferência de lucros para paraísos fiscais disparou		
O.5	A menor confiança nos governos nacionais tende a correlacionar-se com a menor confiança nas Nações Unidas		

2.4	A interdependência mal gerida leva à procura de populismo através de perdas de bem-estar e crenças	S4.4.2	A redistribuição através da tributação não é uma questão eleitoral saliente na maioria dos países africanos, nem é uma forte prioridade dos seus cidadãos
2.5	Mesmo antes de 2020, a preocupação e o stress estavam a aumentar na maioria dos países		
2.6	As elites têm conseguido tirar partido da hiperglobalização, uma vez que a transferência de lucros para paraísos fiscais disparou	5.1	O paradoxo da democracia? Apoio inabalável à democracia e apoio crescente a líderes que a podem minar
2.7	O descontentamento tem um custo elevado: trajectórias mais baixas do PIB em países com episódios populistas	5.2	Uma grande e crescente percentagem da população apoia líderes que podem contornar as normas e práticas democráticas, 1994-2022
2.8	Os conflitos violentos afectaram 15 por cento da população mundial em 2022	5.3	Os choques económicos estão associados a uma menor confiança nas instituições - mas a relação é mais fraca para a confiança nas Nações Unidas e entre si
2.9	Desigualdades e Antropoceno – países com Índice de Desenvolvimento Humano mais elevado exercem maiores pressões sobre o planeta	5.4	As lacunas de arbítrio na acção colectiva são mais elevadas do que as que se verificam no controlo da própria vida
2.10	Alargar as fronteiras das possibilidades – valores mais elevados do Índice de Desenvolvimento Humano com pressões planetárias mais baixas	5.5	A redução da corrupção aumenta a confiança no governo, mas o mesmo acontece com a redução das lacunas de arbítrio
2.11	Dissociação entre as pressões planetárias e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	5.6	O papel do arbítrio no controlo da própria vida e a confiança
2.12	As tecnologias digitais estão a impulsionar mudanças na interdependência económica global, com aumentos dramáticos nas exportações de serviços modernos desde 2000	5.7	A percepção do poder (controlo sobre a própria vida) é influenciada pelo rendimento
3.1	A autorização das vacinas contra a Covid-19 foi rápida e sem precedentes	5.8	Quanto mais elevado for o rendimento, maior será a probabilidade de as pessoas declararem estar interessadas na política e em votar
S3.1.1	Cerca de um terço das unidades populacionais de peixes do mundo são objecto de sobrepesca	5.9	Quanto mais elevado for o nível de educação, maior será a probabilidade de as pessoas se interessarem pela política e pelo voto
4.1	A mudança de comportamento e a reforma institucional influenciam-se mutuamente - moldando e sendo moldadas conjuntamente por procedimentos de escolha social	5.10	Quanto maior for a percepção da insegurança humana, menor será o sentimento de controlo sobre a própria vida
4.2	Os esforços generalizados baseiam-se em conhecimentos comportamentais para informar as políticas públicas	5.11	A percepção da insegurança humana está relacionada com a confiança generalizada, especialmente nos grupos com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevado
4.3	Os efeitos de vários fenómenos comportamentais são mais fortes nos segmentos mais instruídos e mais ricos da população	5.12	A percepção da insegurança humana está relacionada com a confiança nas instituições do Estado
4.4	Existem diferenças generalizadas nas preferências de justiça em todo o mundo	5.13	Normas sociais de género tendenciosas limitam a acção política das mulheres
4.5	O mundo está a passar por uma transição importante da aceleração para a desaceleração do crescimento demográfico	5.14	As desigualdades de género nas lacunas de arbítrio para enfrentar futuras catástrofes são generalizadas
S4.2.1	A identificação de 180 preconceitos cognitivos dificulta a obtenção de conhecimentos sobre como mudar o comportamento para melhorar a acção colectiva	S5.1.1	Elementos propostos de coesão social
S4.4.1	A maioria das pessoas nos países africanos pensa que não pagar impostos sobre o rendimento é, pelo menos, “errado, mas compreensível” e está mais perto de concordar do que de discordar que a autoridade fiscal tem sempre o direito de obrigar as pessoas a pagar impostos	6.1	O apoio à redistribuição nacional está correlacionado com o apoio à redistribuição global na Alemanha, mas algumas pessoas querem uma grande redistribuição nacional e muito pouca global e vice-versa
		6.2	As crenças mais universalistas estão correlacionadas com a preocupação com os pobres do mundo e com o ambiente global

- 6.3 As crenças universalistas estão associadas à redistribuição global e ao ambiente global nos países de elevado rendimento, mas o contexto cultural é importante
- 6.4 A confiança nas instituições nacionais está correlacionada com a confiança nas instituições multilaterais, fundamentais para a acção colectiva internacional
- 6.5 A confiança em várias instituições está altamente correlacionada com a confiança no governo nacional
- 6.6 A percepção errada da percentagem de imigrantes na população é elevada e amplamente partilhada por toda a sociedade
- S6.1.1 Como é que a identificação de grupo pode aumentar a polarização
- S6.2.1 500 mil milhões de pessoas vivem em situações de afastamento político, cerca de cinco vezes mais do que em 2010

PERSPECTIVAS

- 2.1 O custo humano da má gestão da interdependência: Insights da história nacional e internacional, Patricia Clavin
- 2.2 Gerir a interdependência global para promover o desenvolvimento humano
- 3.1 O bem comum global da pesca oceânica, Scott Barrett
- 3.2 Avaliar os benefícios líquidos dos bens públicos mundiais e a sua distribuição, Ronald U. Mendoza e Jurel Yap
- 3.3 Como se desenrolou a desigualdade no acesso às vacinas contra a Covid-19: Um relato utilizando uma perspetiva de bens públicos mundiais
- 4.1 Uma abordagem centrada na tecnologia para as negociações sobre as alterações climáticas, Scott Barrett
- 4.2 Utilizar os conhecimentos da ciência comportamental: Cuidado!
- 4.3 Evolução cultural e política de desenvolvimento, Joseph Henrich
- 4.4 O papel da confiança e das normas no cumprimento das obrigações fiscais em África, Odd-Helge Fjeldstad e Ingrid Hoem Sjursen
- 5.1 Reforçar a coesão social para mitigar a insegurança humana: Promessas e perigos, Julia Leininger, Armin von Schiller e Charlotte Fiedler
- 5.2 Solidariedade e determinação criativa, Nicole Hassoun
- 5.3 O papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento na provisão de bens públicos

mundiais, José Antonio Ocampo e Karla Daniela González

- 6.1 Identidade, polarização e suas consequências sociais e políticas, Robert Böhm, Philipp Sprengholz, Luca Henkel e Cornelia Betsch
- 6.2 Acção colectiva internacional em tempo de convulsão geopolítica
- 6.3 A geopolítica e o início da história das Nações Unidas: Amigo ou inimigo?, Andrew Thompson
- 6.4 A (má) percepção dos outros Leonardo Burszty

QUADROS

- 3.1 Recomendações sobre como melhorar o fornecimento de diferentes tipos de bens públicos mundiais
- S3.2.1 Resumo das avaliações de bens públicos mundiais: Cinco casos
- S4.4.1 Tipos de normas e exemplos
- 6.1 A confiança nas instituições nacionais e internacionais é maior nas pessoas que confiam nos outros

ANEXO ESTATÍSTICO

Guia de leitura

ÍNDICES COMPOSTOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

- Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes
- Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990-2022
- Índice de Desenvolvimento Humano ajustado às desigualdades
- Índice de Desenvolvimento de Género
- Índice de Desigualdade de Género
- Índice de Pobreza Multidimensional: países em desenvolvimento
- Índice de Desenvolvimento Humano ajustado às pressões planetárias

Regiões em desenvolvimento

Referências estatísticas

Acabar com o impasse

Uma síntese do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano
2023/2024

Acabar com o impasse

Uma síntese do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2023/2024

Podemos fazer melhor do que isto. Melhor do que uma mudança climática descontrolada e pandemias. Melhor do que uma série de transferências inconstitucionais de poder no meio de uma maré crescente e globalizada de populismo. Melhor do que violações em cascata dos direitos humanos e massacres inconcebíveis de pessoas nas suas casas e locais cívicos, em hospitais, escolas e abrigos.

Temos de fazer melhor do que um mundo sempre à beira do abismo, um castelo de cartas socio-ecológico. Devemos isso a nós próprios, uns aos outros, aos nossos filhos e aos filhos deles.

Temos tanto a nosso favor.

Sabemos quais são os desafios globais e quem será mais afectado por eles. E sabemos que haverá certamente outros que não podemos antecipar hoje.

Sabemos que escolhas oferecem melhores oportunidades para a paz, a prosperidade partilhada e a sustentabilidade, melhores formas de navegar em camadas interactivas de incerteza e surpresas planetárias interligadas.¹

Desfrutamos de uma riqueza, de um saber-fazer e de uma tecnologia sem precedentes – inimagináveis para os nossos antepassados – que, com uma distribuição e uma utilização mais equitativas, poderiam potenciar escolhas corajosas e necessárias para a paz e para um desenvolvimento humano sustentável e inclusivo, do qual a paz depende.

Por que razão, então, a prossecução das ambições da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris parece uma luta sem convicção em areias movediças?

Porque é que, em muitos locais, o restabelecimento da paz, mesmo as pausas ou cessar-fogos como prelúdios esperançosos para a paz, parecem tão evasivos?

Por que razão estamos imobilizados em matéria de governação digital, enquanto a inteligência artificial avança a toda a velocidade numa corrida de dados?

Em suma, porque é que estamos tão bloqueados? E como é que nos libertamos sem recorrer cegamente à violência ou ao isolacionismo? Estas questões motivam o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2023/2024.

As questões agudas desmentem a sua complexidade; as questões com disparidades de poder no seu cerne desafiam frequentemente uma explicação fácil. As soluções milagrosas seduzem, mas enganam – são canções vendidas por slogans que exploram as queixas de grupos. As soluções engenhosas e as receitas simples envenenam a nossa vontade de fazer o trabalho árduo de ultrapassar a polarização.

Os pântanos geopolíticos abundam, impulsionados pelas dinâmicas de poder em mutação entre os Estados e pelos olhares nacionais enviezados para dentro pelas desigualdades, pela insegurança e pela polarização, temas recorrentes neste e nos últimos Relatórios de Desenvolvimento Humano. No entanto, não precisamos de ficar de braços cruzados só porque a competição entre as grandes potências está a aquecer, enquanto os países sub-representados na governação global procuram ter uma palavra a dizer em assuntos de importância global. Recorde-se que a cooperação global para a erradicação da varíola e a protecção da camada de ozono, entre outras questões importantes como a não proliferação nuclear, ocorreu durante a Guerra Fria.

Mesmo agora, surgiram réstias de esperança. O acordo sobre os cereais na Ucrânia, antes da sua suspensão em 2023, evitou a insegurança alimentar generalizada, que teria afectado mais os países mais pobres e as pessoas mais pobres. A produção de vacinas contra a Covid-19, que salvou milhões de vidas, depende de cadeias de abastecimento globais, embora, tragicamente, muitas mais vidas pudessem ter sido salvas se a cobertura vacinal tivesse sido mais equitativa.² Os países continuam a cooperar na sequenciação genómica de variantes, mesmo quando persistem desigualdades vergonhas no acesso às vacinas.³ Na 28.^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, o mundo criou um novo fundo de perdas e danos para beneficiar mais de 3 mil milhões de pessoas, com promessas que totalizam mais de 600 milhões de dólares.⁴ O investimento global em energia limpa, e os empregos e oportunidades que lhe estão associados, atingiu um máximo histórico de 1,8 biliões de dólares em 2023 (equivalente à dimensão da economia da República da Coreia), quase o dobro do valor registado em 2020.⁵

Por mais difíceis que sejam, a geopolítica não é simplesmente uma desculpa para ficar preso num

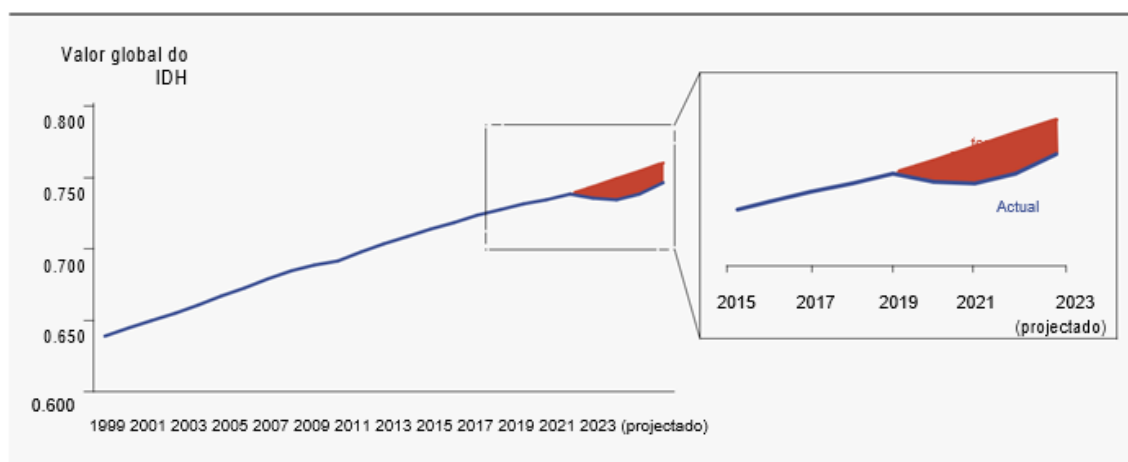
impasse. Há caminhos para o ultrapassar. Reinventar e fornecer plenamente bens públicos mundiais de forma a satisfazer simultaneamente as necessidades de desenvolvimento nacional é um deles.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2021-2022 refere que um novo complexo de incertezas está a perturbar a vida em todo o mundo e a afectar o desenvolvimento humano. O valor global

do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) caiu pela primeira vez em 2020 e 2021.

Desde então, o valor global do IDH recuperou para um valor recorde projectado em 2023 (figura S.1). Prevê-se que todos os componentes do IDH global excedam os seus valores anteriores a 2019.⁶

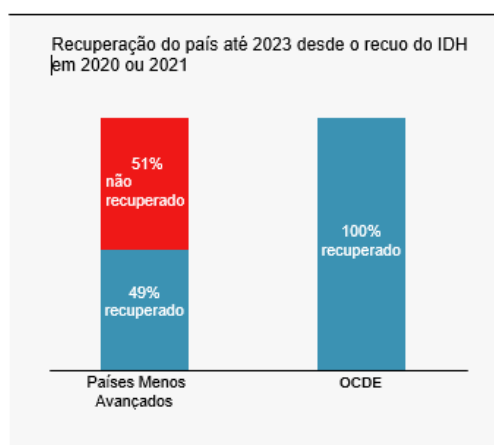
Figura S.1 Uma mudança permanente na trajectória do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)?



Nota: O valor do IDH global para 2023 é uma projecção. A tendência anterior a 2019 baseia-se na evolução do valor do IDH global nos 20 anos anteriores.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), UNDESA (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

Figura S.2 Prevê-se que a recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde o declínio de 2020-2021 seja altamente desigual



Nota: Os países menos avançados têm baixos níveis de rendimento e enfrentam vulnerabilidades que os tornam "o segmento mais pobre e mais fraco" da comunidade internacional (<https://www.un.org/ohrlls/content/about-least-developed-countries>). A recuperação significa que os países que sofreram um declínio no valor do IDH em 2020 ou 2021 deverão atingir ou ultrapassar o seu valor de IDH anterior ao declínio até 2023.

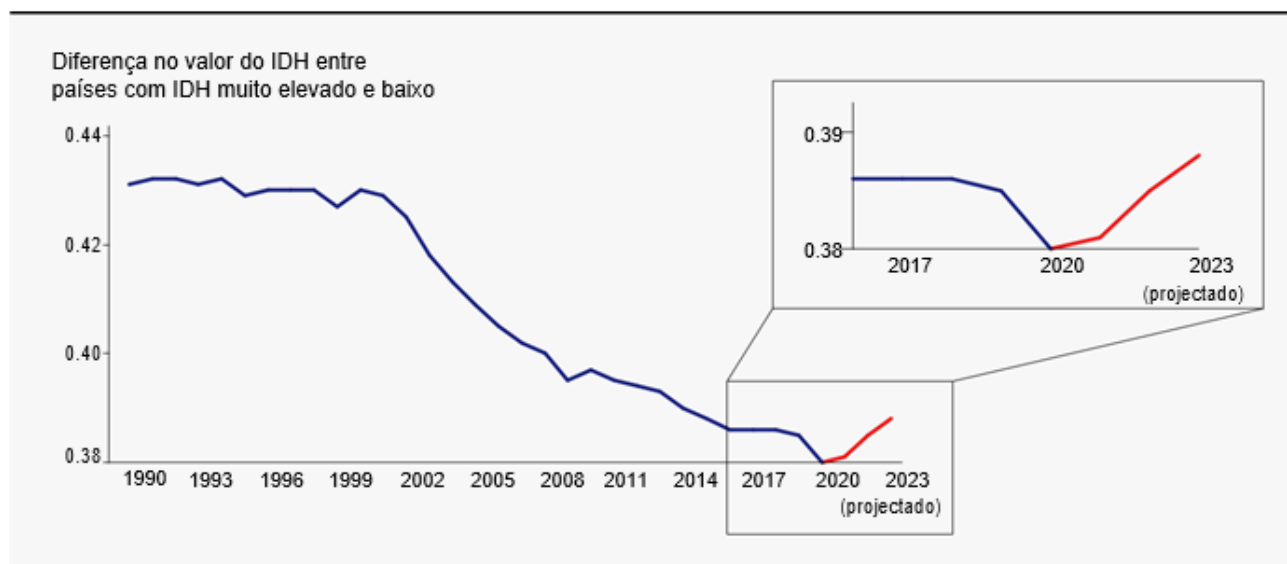
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), UNDESA (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

Apesar de se prever que atinja um novo máximo, o valor global do IDH continuará a situar-se abaixo da tendência. E o valor global esconde uma divergência perturbadora entre países: prevê-se que todos os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico tenham recuperado, mas apenas cerca de metade dos países com menor rendimento o terão conseguido (figura S.2). Após 20 anos de progresso constante, a desigualdade de qualidade entre os países nos extremos superior e inferior do IDH inverteu-se, aumentando todos os anos desde 2020 (figura S.3).

Se o valor do IDH global continuar a evoluir abaixo da tendência anterior a 2019, como tem acontecido desde 2020, as perdas serão permanentes. Com base na tendência de 1999-2019, o valor global do IDH estava no bom caminho para ultrapassar o limiar que define um desenvolvimento humano muito elevado (um valor de 0,800) até 2030 – coincidindo com o prazo para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Agora, o mundo está

fora do caminho. De facto, o valor do IDH projectado para 2023 em todas as regiões cai abaixo da sua tendência anterior a 2019. Qualquer que seja a sua trajectória futura, o valor global do IDH captará – de forma incompleta, se é que captará – muitos outros elementos importantes, como os efeitos debilitantes das doenças crónicas ou os picos de perturbações de saúde mental ou de violência contra as mulheres, que restringem as possibilidades de vida das pessoas. Tanto para os países ricos como para os países pobres, algumas perdas nunca serão recuperadas. Independentemente do que os gráficos e os indicadores possam dizer sobre as pessoas de hoje, a pandemia de Covid-19 ceifou cerca de 15 milhões de vidas.⁷ Não podemos recuperá-las. Nem o tempo desperdiçado de tantas formas – no isolamento, na prestação de cuidados, na não frequência da escola.

Figura S.3 A desigualdade entre os países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado e os países com IDH baixo está a aumentar, contrariando os declínios de longo prazo



Nota: A diferença nos valores do IDH para 2023 baseia-se em projecções.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023), UNDESA (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

O IDH é uma medida importante, ainda que grosseira, do desenvolvimento humano. Há apenas alguns anos, o bem-estar nunca tinha sido tão elevado, a pobreza nunca tinha sido tão baixa. No entanto, as pessoas em todo o mundo queixavam-se de elevados níveis de tristeza, stress e preocupação (figura S.4).⁸ Essas medidas confessadas aumentaram desde então para quase 3 mil milhões de pessoas.⁹ E embora 9 em cada 10 pessoas mostrem um apoio inabalável ao ideal da democracia, tem havido um aumento daqueles que apoiam líderes que podem miná-lo: hoje, pela primeira vez, mais de metade da população global apoia tais líderes (figura S.5).¹⁰

O complexo de incerteza lançou uma longa sombra sobre o desenvolvimento humano em geral, com os últimos anos a marcarem talvez uma infeliz e evitável bifurcação no seu caminho, em vez de um retrocesso de curta duração.

O que é que se passa?

O progresso parece mais difícil de apreender, especialmente quando as pressões planetárias são consideradas; as nossas medidas-padrão de desenvolvimento estão claramente a deturpar algumas coisas. Uma dessas coisas pode ser a falta de poder das pessoas – lacunas na acção humana – que está a ser atingida conjuntamente por novas configurações de complexidade e interdependência globais, incerteza, insegurança e polarização.

As pessoas estão à procura de respostas e de um caminho a seguir. Esta procura pode ser canalizada de forma útil através de uma ambição partilhada que envolva todos (não necessariamente em tudo) em áreas de cooperação que não sejam de soma zero, possibilitadas por narrativas cooperativas e instituições construídas sobre um alicerce de confiança generalizada. Nos últimos 10 anos, tanto

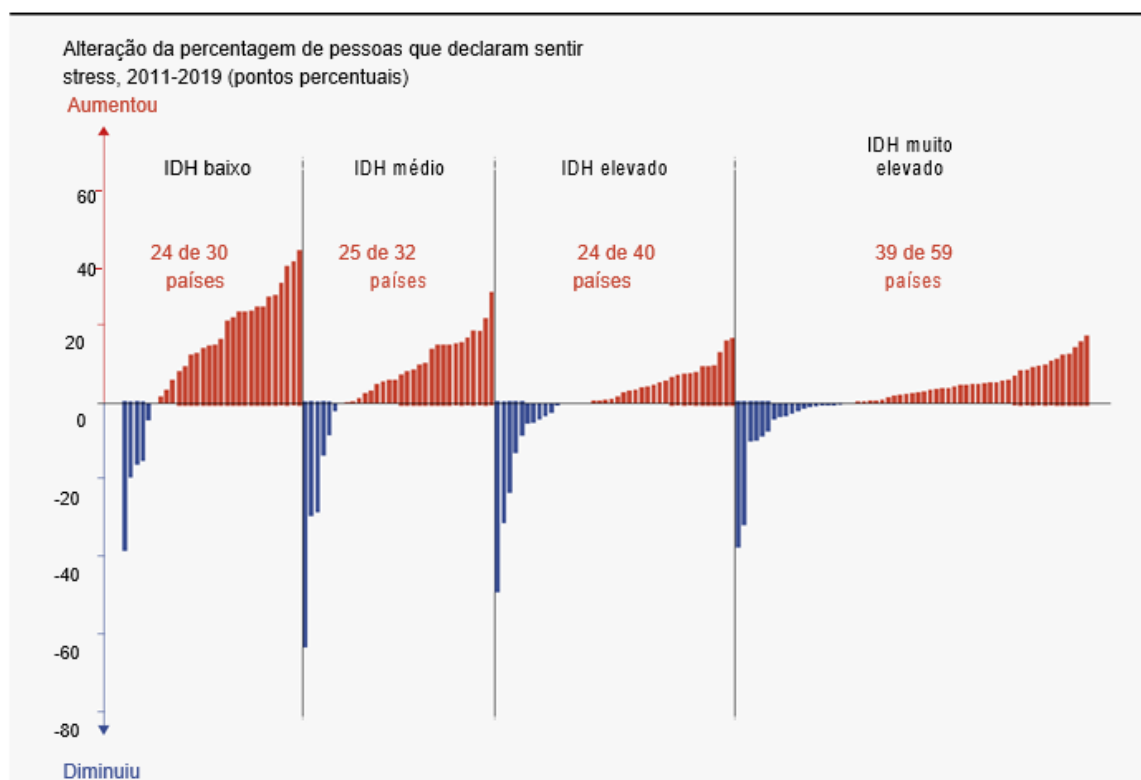
os países com IDH muito elevado como os países com IDH elevado melhoraram os seus valores de IDH sem aumentar as pressões planetárias, uma mudança em relação às tendências anteriores em que os dois aumentavam em conjunto, pelo que há razões para esperar que isto possa ser possível (figura S.6).

Ou pode ser canalizada, como parece agora, para ciclos viciosos de jogos de demonização e culpabilização que geram, na melhor das hipóteses, suspeita e desconfiança e, na pior, preconceito, discriminação e violência.

É preocupante o facto de o populismo ter explodido, ultrapassando os picos do século passado, que corresponderam aproximadamente a períodos de globalização mal gerida.¹¹ Isto está a acontecer paralelamente e, em muitos casos, a explorar formas de polarização mais profundas, como a redução e o endurecimento de identidades estreitas, uma espécie de coerção ou falta de liberdade permitida, se não mesmo celebrada, por uma fetichização contínua do chamado interesse próprio racional.

A capacidade de as pessoas determinarem por si próprias o que significa viver uma vida boa, incluindo a definição e reavaliação das suas responsabilidades para com as outras pessoas e para com o planeta, tem sido excluída de muitas formas. O dogma metastático do "tira a mão!" esconde o assalto ao frasco de doces económico e ecológico. As mentalidades do "vale tudo" e do "pede a esmola ao teu vizinho" remontam a eras mercantilistas. E as políticas e instituições – incluindo as que geriram mal as dinâmicas do mercado globalizado – destacam o "eu" antes do "nós".

Figura S.4 O stress auto-referido aumentou na maioria dos países, mesmo antes da pandemia de Covid-19



IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano.

Nota: Os valores referem-se à variação da percentagem de pessoas que referiram ter sentido stress "durante grande parte do dia de ontem".

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, com base em Gallup (2023).

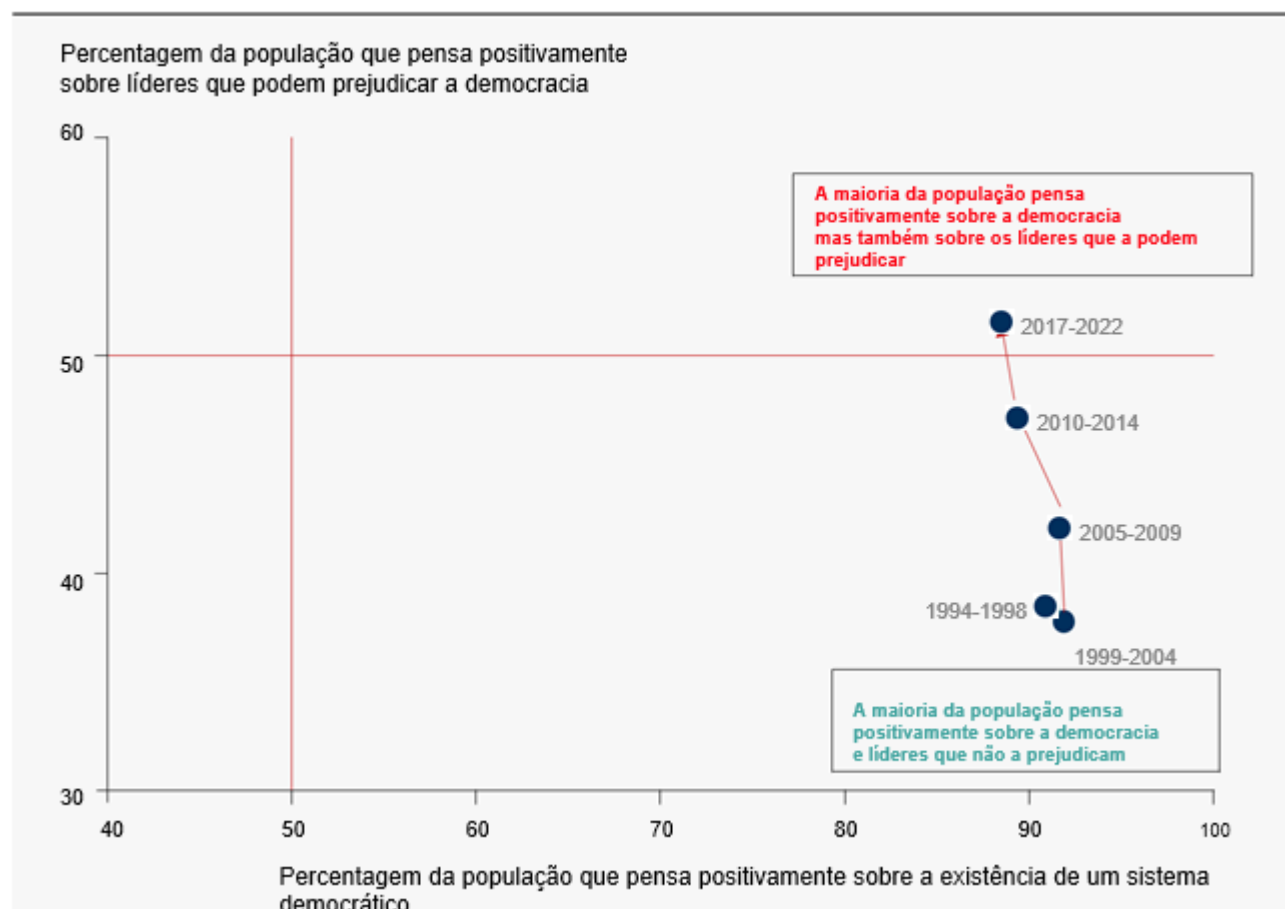
Encontramo-nos numa infeliz encruzilhada. A polarização e a desconfiança estão em rota de colisão com um planeta doente. A insegurança e as desigualdades têm muito a ver com isso. O mesmo se passa com uma constelação de narrativas desmobilizadoras que geram um fatalismo defensivo e uma inércia catastrófica – tudo isto circunscrito e, em certo sentido, alimentado por uma polarização política vertiginosa.

O que é que podemos fazer para ajudar a inverter a situação? Bastante.

Construir uma arquitectura do século XXI para os bens públicos mundiais

Em primeiro lugar, devemos construir uma arquitectura do século XXI para fornecer os bens públicos mundiais de que todos dependemos. Esta arquitectura funcionaria como uma terceira via para a cooperação internacional, complementando a ajuda ao desenvolvimento centrada nos países mais pobres e a ajuda humanitária centrada nas situações de emergência. Estas vertentes não são silos. Distintamente, uma arquitectura de bens públicos mundiais visaria transferências dos países ricos para os mais pobres que promovessem objectivos que beneficiassem todos os países. Todos os países têm a oportunidade de ter uma palavra a dizer, bem como uma oportunidade de contribuir. Como tal, esta terceira via é intrinsecamente multilateral.

Figura S.5 O paradoxo da democracia? Apoio inabalável à democracia mas apoio crescente a líderes que a podem minar



Nota: Os dados são médias ponderadas pela população para um painel de países que representam 76% da população mundial. A percentagem da população no eixo vertical refere-se às pessoas que responderam que ter um líder forte que não tem de se preocupar com o parlamento e as eleições é "muito bom" ou "bastante bom". A percentagem da população no eixo horizontal refere-se às pessoas que responderam que ter um sistema político democrático é "muito bom" ou "bastante bom". **Fonte:** Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados de várias vagas do World Values Survey (Inglehart e outros 2022).

Os bens públicos mundiais exigirão um financiamento adicional como complemento, e não como substituto ou concorrente, da ajuda ao desenvolvimento tradicional. Este financiamento pode assumir várias formas. Por exemplo, quando uma parte de um investimento num país mais pobre gera benefícios globais, o financiamento correspondente (ou a transferência de tecnologia) deve tender a ser concessional, de modo a que se consiga um alinhamento entre quem beneficia (o resto do mundo) e quem paga (o resto do mundo). O outro lado da moeda é o caso de perigos ou choques que não são da responsabilidade de um único país. Os desencadeadores automáticos podem ser incorporados em obrigações ou contratos de empréstimo, especialmente instrumentos de dívida condicionados pelo Estado, para ajudar os países

mais pobres a enfrentar crises em que tiveram pouca participação, como no caso das alterações climáticas. Isto criaria condições mais previsíveis para navegar num mundo incerto que poderia mobilizar e atrair financiamento privado para esses países.

Reduzir as temperaturas e rechaçar a polarização

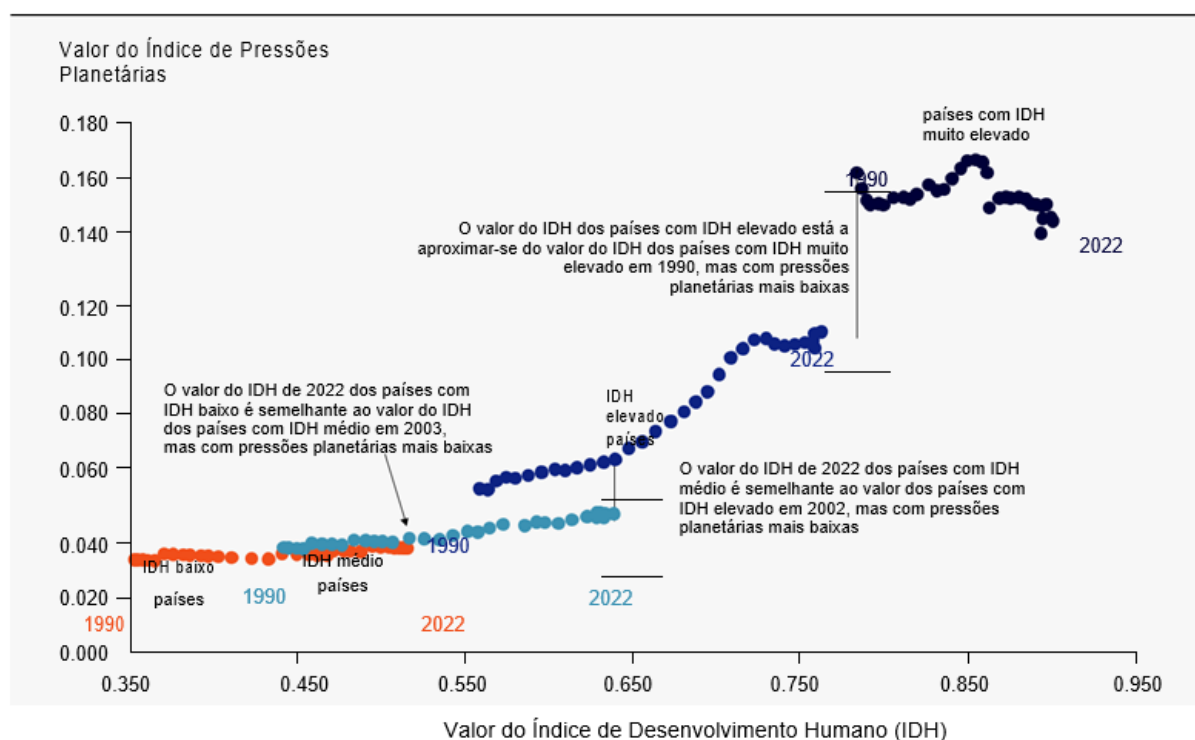
Em segundo lugar, precisamos de baixar a temperatura e repelir a polarização, que envenena praticamente tudo o que toca e impede a cooperação internacional. O fornecimento de bens públicos mundiais ajudará. Assim como corrigir as percepções erradas sobre as preferências e

motivações das outras pessoas. É demasiado frequente as pessoas fazerem suposições preconceituosas sobre outras pessoas, incluindo as pessoas do outro lado das divisões políticas. Muitas vezes, as pessoas concordam umas com as outras mais do que pensam. Por exemplo, enquanto 69% das pessoas em todo o mundo afirmam estar dispostas a sacrificar parte do seu rendimento para contribuir para a mitigação das alterações climáticas, apenas 43% consideram que os outros acreditam no mesmo (uma diferença de percepção errada de 26 pontos percentuais).¹² O resultado é

uma falsa realidade social de ignorância pluralista, em que as crenças incorrectas sobre os outros dificultam a cooperação que, se reconhecida e corrigida, poderia ajudar a construir uma acção colectiva sobre o clima.

Nem toda a polarização pode ser reduzida a erros de percepção, por muito importante que seja o seu papel. Por isso, é importante criar espaços de deliberação para ultrapassar as divisões.

Figura S.6 Razões para ter esperança: Melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano sem aumento das pressões planetárias



Nota: O Índice de Pressões Planetárias é construído utilizando os níveis per capita das emissões de dióxido de carbono (produção) e da pegada material em cada país (é 1 menos o fator de ajustamento para as pressões planetárias apresentado no quadro 7 do *Anexo Estatístico* do Relatório completo). **Fonte:** Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano. Ver fontes específicas nos quadros 2 e 7 do *Anexo Estatístico* do relatório completo.

As assembleias de cidadãos podem funcionar desta forma, mas não são o único meio. Os esquemas práticos para facilitar um processamento mais deliberativo da informação podem ajudar a contrariar o perigo crescente de as pessoas ficarem presas a crenças que não têm qualquer base factual.¹³ Em contextos de conflito intergrupal, a apresentação de informação num enquadramento que não provoque raiva pode ser despolarizante.¹⁴ As intervenções que se baseiam em abordagens

qualitativas e narrativas, como contar histórias e vinhetas, são particularmente eficazes.¹⁵

As palavras-chave são deliberado e deliberativo. A polarização tem mais probabilidades de se autodestruir mal do que de se autocorrigir de forma útil. A pressão positiva constante que encoraja a empatia, constrói a confiança interpessoal e enfatiza a sobreposição de identidades partilhadas é o caminho a seguir.

Reduzir as lacunas de arbítrio

Em terceiro lugar, temos de reduzir as lacunas de arbítrio – alimentadas, em parte, pela divergência entre o que as pessoas acreditam ser possível ou provável e o que é objectivamente possível.¹⁶ As lacunas de arbítrio são também aparentes em metade das pessoas em todo o mundo que afirmam ter pouco ou nenhum controlo sobre as suas vidas e mais de dois terços consideram que têm pouca influência nas decisões do seu governo (figura S.7).

Para ajudar a reduzir as lacunas de arbítrio, as instituições têm de se tornar mais centradas nas pessoas, co-proprietárias e orientadas para o futuro.

Centrar-se nas pessoas significa colocar os objectivos finais em termos de desenvolvimento humano e de segurança humana, reconhecendo a interdependência entre as pessoas e o planeta.

A co-propriedade tem a ver com a distribuição equitativa do poder de definir objectivos colectivos, das responsabilidades de os perseguir e dos resultados daí resultantes. Sublinha a criação de

normas sociais que cultivam o valor das realizações colectivas e do comportamento cooperativo.¹⁷

A orientação para o futuro consiste em concentrarmo-nos naquilo que podemos moldar e criar se trabalharmos em conjunto, enriquecendo o espaço de deliberação e de acordo.¹⁸ Perante os desafios, uma perspectiva orientada para o futuro abre possibilidades de esperança e de resolução criativa.

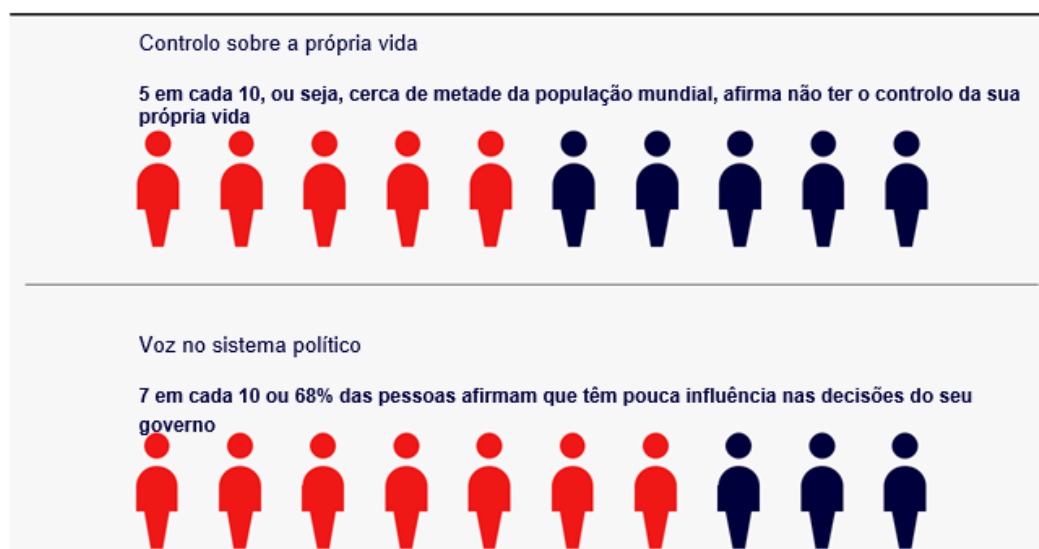
A adaptação destes princípios a diferentes contextos colocar-nos-á na via do diálogo e da acção produtivos, que devem ser flexíveis e iterativos no meio de tanta incerteza, para que os ensinamentos sirvam de base às correcções de rumo.

Ajudar-nos-ão a romper com a tirania das narrativas adversárias únicas e das identidades exclusivas únicas.

Ajudar-nos-ão a gerir melhor a interdependência global em evolução.

Ajudar-nos-ão a ultrapassar, de forma cooperativa e pacífica, o impasse global.

Figura S.7 As lacunas de arbítrio na acção colectiva são superiores às do controlo da própria vida



Nota: O arbítrio é a capacidade de as pessoas actuarem como agentes que podem fazer coisas eficazes com base nos seus compromissos (Sen 2013). É representada por dois indicadores: a percentagem da população que declarou sentir-se em controlo sobre as suas vidas (medida numa escala de 1 a 10, em que 1-3 indica um défice de agência agudo, 4-7 indica um défice de arbítrio moderado e 8-10 indica que não há défice de arbítrio) e a percentagem da população que declarou sentir que a sua voz é ouvida no sistema político (aqueles que responderam "Muito" ou "Bastante"). Os dados são calculados utilizando micro-dados e pesos iguais entre países. **Fonte:** Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano com base em dados da vaga 7 (2017-2022) do World Values Survey (Inglehart e outros 2022).

Gerir a interdependência num mundo polarizado

Gerir a interdependência num mundo polarizado

A interdependência global mal gerida prejudica as pessoas

O custo humano da interdependência mal gerida é enorme – em vidas perdidas ou desenraizadas, em oportunidades perdidas, em sentimentos de desespero. A agressão, o conflito e a violência são realidades extremas quando as complexas teias de interdependência se instalam, especialmente em cenários de prolongados desequilíbrios de poder.

Desde as guerras em Gaza e na Ucrânia até ao Sudão, Iémen e outros locais, passando pela violência dos bandos e pela insegurança civil, a paz e a estabilidade estão sob pressão ou em ruptura a um ritmo alarmante. Os conflitos em grande escala que envolvem grandes potências estão a aumentar. As mortes na guerra aumentaram (figura O.1). Infelizmente, vivemos numa nova era violenta, caracterizada pelo nível mais elevado de conflitos armados baseados no Estado desde 1945 e por uma percentagem crescente de conflitos unilaterais em que são atacadas populações civis desarmadas.¹

Tanto a violência como a paz podem ser contagiosas. Os grandes acontecimentos políticos, como golpes de Estado, revoluções e transições democráticas, têm o hábito de se propagar para além das fronteiras. Os conflitos alteram frequentemente a percepção da guerra, tornando-a mais aceitável e aumentando a probabilidade de surtos violentos noutras localidades.

Em 2022, o número de pessoas deslocadas à força no mundo atingiu 108 milhões, o nível mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial (figura O.1) e mais de duas vezes e meia superior ao nível registado em 2010.²

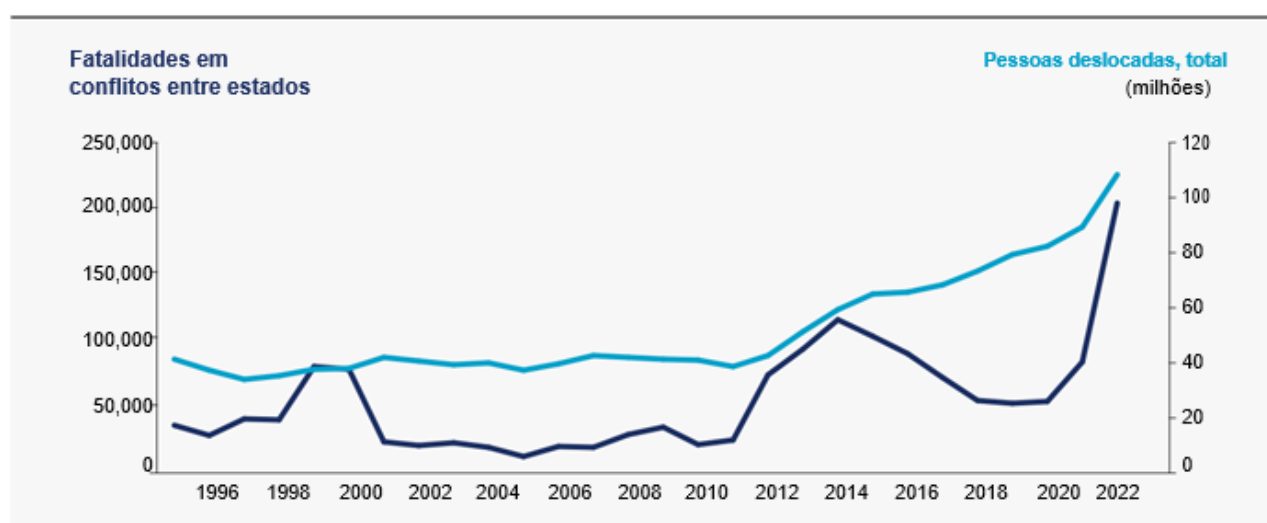
Os conflitos violentos e as suas consequências para as pessoas são a ponta do icebergue. O impasse significa que os riscos sistémicos decorrentes da interdependência global são mal geridos ou simplesmente não são abordados, que as pessoas são esmagadas por surpresas e não as aproveitam. Em casos extremos, as surpresas transformam-se em crises de grande envergadura, que ricocheteiam e se amplificam de forma inesperada num mundo desigual e fortemente interligado. O extremo está a tornar-se a norma.

Uma longa série de surtos de doenças precedeu a pandemia de Covid-19, que apanhou o mundo de surpresa e a lutar por um mínimo de coerência global durante o período de emergência. Cerca de 15 milhões de pessoas (talvez mais) morreram em todo o mundo³ e o valor do Índice de Desenvolvimento Humano global caiu a pique.

Para além das enormes e injustas divisões no acesso a vacinas eficazes, um ingrediente que faltava era a confiança – nos nossos governos e uns nos outros.⁴ De acordo com uma estimativa, se todos os países tivessem atingido os níveis de confiança interpessoal observados no quarto superior dos países, as infecções globais poderiam ter sido reduzidas em 40 por cento, salvando milhões de vidas.⁵ Em sociedades polarizadas em todo o mundo, a identificação do estatuto da vacina tornou-se outro marcador faccionário que separa um campo do outro.⁶

A história da vacina contra a Covid-19 exemplifica as possibilidades da cooperação global, bem como as graves injustiças que podem resultar quando ela se rompe. O desenvolvimento de vacinas de ARNm assentou fortemente em parcerias transfronteiriças e transregionais para o aprovisionamento de componentes⁷, para o desenvolvimento e ensaios clínicos⁸ e para a produção. Mas a história da vacina contra a Covid-19 segue padrões perniciosos de desigualdade no acesso às tecnologias em geral, incluindo as que salvam vidas.⁹ O padrão é demasiado familiar – e deve ser quebrado para seu próprio bem. E porque as trajetórias tecnológicas, da inteligência artificial à biologia sintética, são tão íngremes, tão rápidas e tão poderosas, as profundas clivagens entre os que têm e os que não têm podem piorar.

Figura O.1 As mortes na guerra e as deslocações forçadas estão a piorar muito



Fonte: Programa de Dados sobre Conflitos de Uppsala 2023; ACNUR 2023.

Talvez a maior vítima do impasse global, a mudança climática já está a exacerbar essas clivagens.

O ano passado foi o mais quente em mais de 140 anos.¹⁰ A média desmente diferenças regionais consideráveis que, segundo a plataforma Human Climate Horizons¹¹ do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), se agravarão em cenários climáticos normais (figura O.2), com as alterações climáticas a provocarem uma explosão de desigualdades.

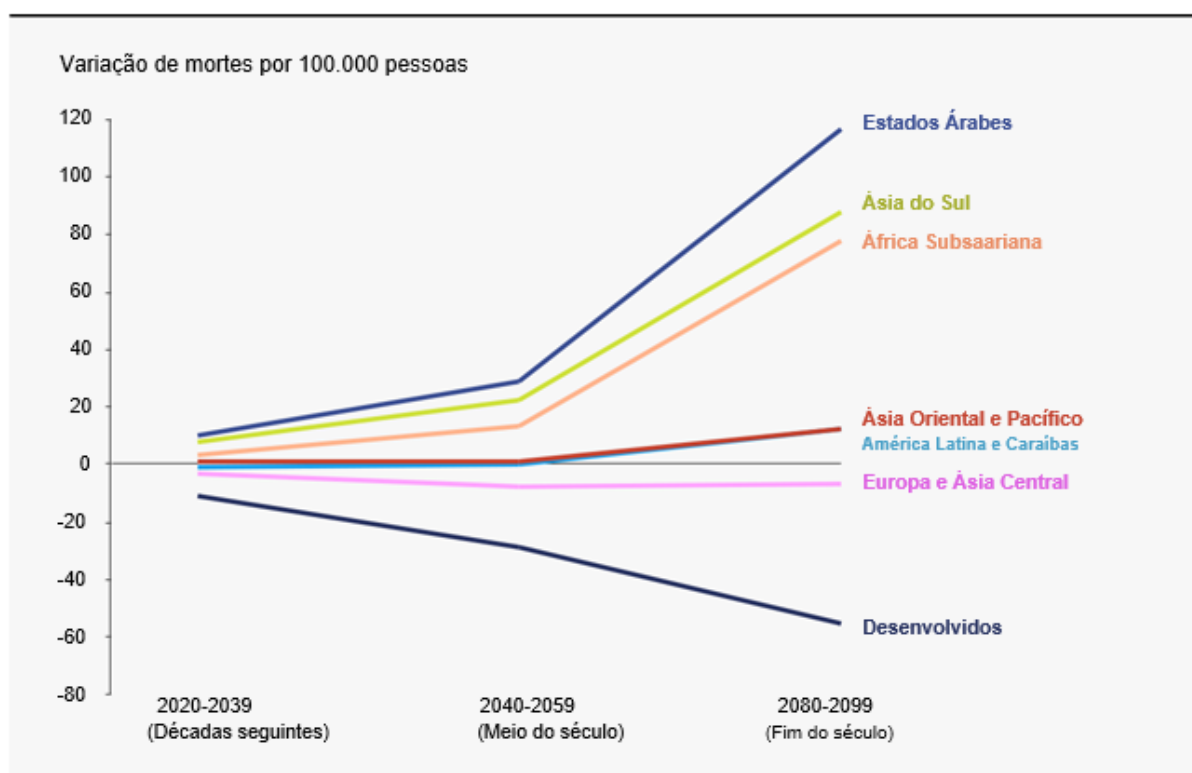
As consequências das alterações climáticas já estão a abalar as comunidades e as sociedades, cobrando um tributo social, emocional e mental. Entre os vários factores de stress das alterações climáticas encontra-se uma eco-ansiedade incapacitante, uma "sensação generalizada de que os fundamentos ecológicos da existência estão em colapso".¹² A biodiversidade, as paisagens e os modos de vida em declínio podem ser paralisantes, distorcendo decisões importantes da vida, tais como o ingresso na escola ou o nascimento de um filho.¹³ Efectivamente, trata-se de uma restrição ao desenvolvimento humano – em termos de liberdades e possibilidades de vida – devido tanto à realidade das pressões planetárias induzidas pelo homem como à forma como essa realidade é mediada por relatórios técnicos, pela imprensa popular e pelos líderes políticos. As narrativas de futuras partilhadas, enraizadas no negacionismo, no fatalismo ou no

medo, deixam pouco espaço para a acção e a imaginação.

Os sistemas políticos medeiam, para o bem ou para o mal (ou ambos), os impactos das crises sobre as pessoas, e os próprios sistemas são frequentemente abalados por crises, incluindo as decorrentes de uma interdependência global mal gerida. Os efeitos destabilizadores dos choques, juntamente com a percepção da incapacidade das instituições para proteger as pessoas contra eles, podem estimular o populismo.¹⁴

Devido a um choque ou a outra causa, as viragens populistas perturbam frequentemente as normas e práticas democráticas e tendem a ser muito dispendiosas do ponto de vista económico.¹⁵ Paralelamente, a literatura recente sugere que as perdas económicas de certos tipos de choques nunca são totalmente recuperadas, que as trajectórias de crescimento ou de redução da pobreza entram em queda permanente na sequência de crises.¹⁶ Quando as crises e outros choques precedem as viragens populistas e, nalguns casos, as precipitam, estas viragens populistas podem funcionar como refractores e agravantes da crise, em vez de amortecedores e mitigadores, distorcendo e propagando ondas de choque num mundo interdependente.

Figura O.2 As alterações climáticas podem provocar uma explosão de desigualdades



Nota: Cenário de emissões muito elevadas.

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em Carleton e outros (2022) e Human Climate Horizons (<https://horizons.hdr.undp.org/>).

A interdependência global está a evoluir

A pandemia de Covid-19, as alterações climáticas e o aumento global do populismo e dos conflitos apontam para uma dura verdade: ignorar ou gerir mal a interdependência global prejudica as pessoas. Fazer retroceder a interdependência global em qualquer período de tempo relevante, seja por razões de segurança nacional ou de segurança dos nossos concidadãos ou por qualquer outro motivo, é igualmente imprudente.

Nem o *business as usual*, nem as fantasias de desglobalização serão suficientes. Em vez disso, temos de abraçar a complexidade da interdependência global e gerir melhor as suas formas antigas e novas, de modo a proteger e expandir as possibilidades das pessoas, mesmo quando a névoa geopolítica – juntamente com a incerteza, a insegurança, as desigualdades e a polarização – complica os caminhos da esperança.

Segundo algumas medidas, a interconectividade global está em níveis recorde, mesmo com a

estabilização do ritmo da integração económica (figura 0.3).¹⁷ O comércio de bens intermédios excede agora ligeiramente o comércio de bens finais.¹⁸ Além disso, os bens percorrem hoje o dobro da distância que percorriam há 60 anos e atravessam mais fronteiras antes do consumo final.¹⁹ A produção de smartphones, por exemplo, não se parece em nada com a linha de montagem do século passado. Vários factores de produção, desde o cobalto extraído das minas até às baterias e aos módulos das câmaras, atravessam o globo, por vezes refazendo os seus passos e, com demasiada frequência, deixando pelo caminho cicatrizes sociais e ambientais evitáveis.

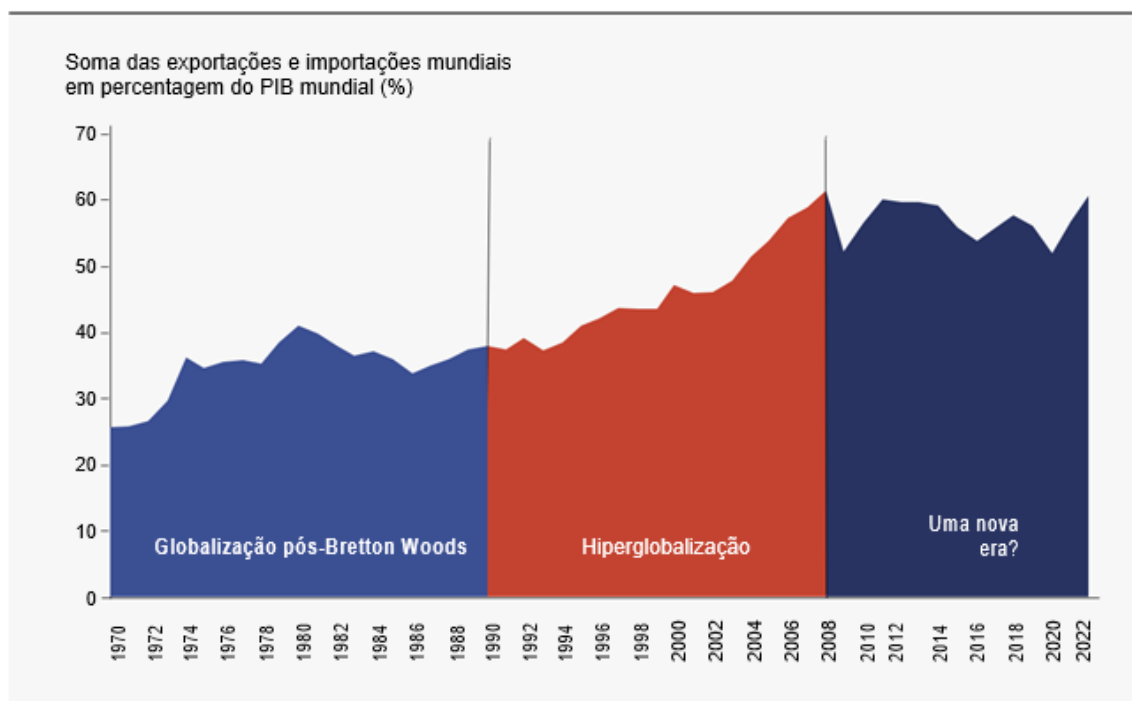
A interdependência financeira mundial continua a ser elevada, ainda que o ritmo de integração tenha estagnado um pouco após a crise financeira de 2007/2008.²⁰ Os custos do serviço da dívida dos países de baixo e médio rendimento dispararam nos últimos dois anos, na sequência de uma torrente de aumentos das taxas de juro desencadeada pelos bancos centrais para combater a inflação.²¹

Os fluxos transfronteiriços de informação batem recordes todos os anos. As exportações de serviços

digitais representam actualmente mais de metade do comércio mundial de serviços comerciais.²² Quase toda a população mundial está agora ao alcance de uma rede de banda larga móvel e 5,4 mil milhões de

pessoas eram utilizadores da Internet em 2023, embora as desigualdades continuem a ser gritantes.²³

Figura O.3 A interdependência económica está a estabilizar-se em níveis muito elevados



Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base na base de dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial; recriado a partir de Aiyar e outros (2023).

O número de pessoas que vivem fora do seu país de nascimento triplicou desde 1970, passando de 84 milhões para cerca de 280 milhões em 2020 – ou seja, quase 3,6% da população mundial.²⁴ A migração internacional é um exercício de arbítrio das pessoas, que expande as suas escolhas e o seu potencial humano.²⁵ Cria laços sociais, culturais e económicos entre os países de acolhimento e de origem²⁶ e impulsiona os fluxos financeiros transfronteiriços.²⁷

Devemos esperar que as formas familiares de interdependência persistam no futuro. Uma regulamentação que ajude a geri-las melhor será crucial, a menos que o objectivo seja privatizar as recompensas e socializar os riscos.²⁸ Afinal, por vezes construímos estradas com lombas. No entanto, a interdependência no século XXI é muito mais do que uma contagem de feijões baseada, em grande parte, em métricas do século XX – ou seja, quantos bens, pessoas ou bits estão a circular através das fronteiras. As qualidades das interconexões também

são importantes. A nossa interdependência é cada vez mais planetária e instantânea.

Estão a surgir e a aprofundar-se muitas interdependências entre as economias, as pessoas e o planeta, à medida que a Revolução Digital avança e nos aprofundamos no Antropoceno – a era dos seres humanos. A expansão do comércio global tem ajudado a gerar uma enorme riqueza, especialmente para alguns, e a tirar milhões da pobreza.²⁹ Lamentavelmente, também tem acompanhado o desmantelamento das barreiras sociais, económicas e ecológicas que, de outra forma, protegeriam e promoveriam o desenvolvimento humano. Os mercados tornaram-se mais concentrados, encorajando a procura de rendas. Quase 40 por cento do comércio global de bens está concentrado em três ou menos países – mesmo para bens em que existem mais fornecedores.³⁰

O sentimento antiglobalização tornou-se mais forte no discurso partidário global.³¹ A ira anti-elites dos

populistas tem dimensões globais. A alimentar essa frustração está a sensação de que as forças da globalização beneficiaram alguns no topo e deixaram todos os outros para trás. As empresas multinacionais poderão ter transferido até um bilhão de dólares de lucros para paraísos fiscais em 2022.³² As perdas globais de receitas fiscais das empresas dispararam desde meados da década de 1990 em resultado da transferência de lucros (figura O.4). Apanhada na onda antiglobalização, a cooperação internacional está a ser politizada.

Os defensores da desglobalização ou de qualquer um dos seus parentes lexicais – o "*shoring*", o "*nearshoring*" e o "*friendshoring*" – podem ter as suas razões, mas estas têm pouco a ver com a abordagem prática das novas formas de interdependência global e planetária, que estão a evoluir e, em alguns casos, são inevitáveis. Seja qual for a redução que se possa fazer no comércio internacional e nos fluxos de capital, não se aproxima da compensação dos bilhetes de avião, dos smartphones, do dióxido de carbono e de outros meios de hiperconexão transfronteiriça. Por razões de segurança hídrica e alimentar, entre outras, alguns países enfrentam grandes restrições à sua capacidade de restringir o comércio e sofreriam se outros optassem por o fazer. Nenhum país ou região está perto de ser auto-suficiente, pois todos dependem de importações de outras regiões para 25 por cento ou mais dos bens e serviços essenciais.³³ O clima permanece em grande parte indiferente às fronteiras nacionais, e os seus impactos cada vez piores continuarão a ignorá-las. O mesmo se aplica às actuais e futuras pandemias.

Por outras palavras, se nos desglobalizarmos – mesmo que parcialmente – não podemos desplanetizar, não no Antropoceno. Temos de encarar os bens públicos mundiais do século XXI, desde a preparação para pandemias e a paz até à governação climática e digital, como oportunidades a aproveitar e não como desafios a evitar. A resposta a uma interdependência mal gerida não é fugir delas, recuando dentro de fronteiras porosas, mas sim abraçando-as e gerindo-as melhor, aprendendo e melhorando à medida que avançamos. Em vez de ser invertida ou revertida, a globalização pode e deve ser feita de forma diferente, de maneiras que não destruam o planeta, que não concentrem excessivamente as cadeias de abastecimento e que não gerem crises de custo de vida que alimentem

crises de dívida nos países de rendimento baixo e médio. A interdependência global é tenaz, está a aprofundar-se e a evoluir. É essencial uma mudança de mentalidades, de políticas e de instituições para as gerir melhor e para as desbloquear.

Figura O.4 A transferência de lucros para paraísos fiscais disparou



Fonte: Alstadsæter e outros 2023.

Fornecer bens públicos mundiais ajudará

A perspectiva dos bens públicos mundiais pode acrescentar muito. Quando são fornecidos na íntegra, os bens públicos mundiais permitem gerir melhor a interdependência mundial, profundamente enraizada e em evolução, salvaguardar e promover o desenvolvimento humano e incentivar ciclos virtuosos de cooperação e criação de confiança. Ajudam-nos a trabalhar com a complexidade em vez de a ignorar. Desafiam o pensamento corrosivo de soma zero que coloca os grupos uns contra os outros. Despertam a nossa imaginação para enquadrar e reenquadrar problemas partilhados em oportunidades vantajosas para todos. E revigoram o nosso sentido de dever uns para com os outros e para com o nosso planeta único e partilhado. Tudo isto sem afastar os interesses divergentes ou mesmo os desacordos.

O que é um bem público mundial?³⁴ Em poucas palavras, um bem público mundial é qualquer coisa – um objecto, uma acção ou inacção, uma ideia – de que, quando fornecido, todos em todo o mundo podem usufruir. A mitigação das alterações climáticas é um bem público mundial. O mesmo acontece com a obra do poeta do século XIII, Rumi. E a liberdade dos mares também. Uma subcategoria especial de bens públicos mundiais é a dos bens públicos planetários, que correspondem à interdependência planetária e respondem a impactos indirectos entre países que não podem ser geridos ou atenuados nas suas fronteiras. Outra subcategoria pode ser a das infra-estruturas públicas digitais e o que tem sido designado por bens públicos digitais, associados à Revolução Digital.

Embora os bens públicos mundiais possam servir como um grito de alerta para a reparação de injustiças ou ineficiências, não são apenas coisas desejáveis. De facto, os bens públicos mundiais são menos "bens" ou coisas concretas em si e mais uma escolha sobre a forma como nós, humanos, podemos usufruir deles em conjunto. Podem ser vistos também como uma mentalidade – uma aspiração – e podem mobilizar a cooperação de muitas formas. Como tal, são limitados a partir de baixo, pela nossa imaginação e vontade colectiva, e a partir de cima, pela forma como o poder é estruturado e exercido. Trata-se, portanto, de escolhas sociais, não só na forma como as imaginamos, mas também no facto de decidirmos imaginá-las.

Compreender que o desenvolvimento de vacinas e, digamos, a destruição de um asteroide que se aproxima da Terra podem ser considerados bens públicos mundiais – e, além disso, um tipo específico de bem público mundial conhecido como "best shot" (caixa O.I) – significa que não precisamos de começar do zero quando damos uma resposta. O tempo significa vidas. Significa que podemos pensar em todos os sectores e silos e prepararmo-nos melhor. Significa que podemos tirar partido da nossa experiência com a pandemia de Covid-19, por exemplo, quando vier um asteroide, um novo agente patogénico mortal ou um surto de instabilidade financeira global. Eles virão. Mas não temos de andar atrás da crise de ontem.

"Uma lente de bens públicos mundiais ajuda-nos a desembaraçar questões complexas, muitas das quais são complexas precisamente porque os seus diferentes aspectos exigem diferentes formas de nos organizarmos"

Uma lente de bens públicos mundiais ajuda-nos a desembaraçar questões complexas, muitas das quais são complexas precisamente porque os seus diferentes aspectos exigem diferentes formas de nos organizarmos. Grande parte da nossa resposta à pandemia de Covid-19, bem como as suas deficiências, podem ser compreendidas através de uma perspectiva de bens públicos mundiais, com ideias sobre como estruturar incentivos para promover a cooperação e como conceber um financiamento de apoio.

Reconhecer que os bens públicos mundiais podem ser usufruídos por todos é uma coisa; a distribuição dos seus benefícios é outra. Uma vez que os países têm interesses e recursos diferentes, o valor de cada bem público mundial para cada país será moldado por esses factores. Alguns dos desafios que se colocam ao fornecimento de bens públicos mundiais resultam desta assimetria de benefícios.

Uma perspectiva de bens públicos mundiais também pode oferecer ideias sobre a reformulação dos desafios. Por exemplo, a atenuação das alterações climáticas (um bem público mundial sumário) poderia ser promovida através da aceleração das tecnologias e inovações para fontes de energia renováveis e limpas (incluindo projectos inovadores como a fusão nuclear) – o que reenquadra o desafio como fornecendo os melhores bens públicos mundiais. Imaginemos centrais maciças de sequestro de carbono, alimentadas por fusão nuclear, na tundra ártica ou no Saara. Enquadrar as alterações climáticas como uma oportunidade tecnológica a resolver poderiam ter um efeito de "crowding-in", gerando o seu próprio impulso positivo, em vez do arrastamento das reduções voluntárias das emissões de carbono.

Caixa O.1 Introdução aos bens públicos mundiais: O que são os bens públicos mundiais de soma, de melhor resultado e de elo mais fraco?

Destacam-se três tipos de bens públicos mundiais: de soma, de melhor resultado e de elo mais fraco. A atenuação das alterações climáticas é um exemplo típico de um bem público mundial de soma, em que o nível global de atenuação depende da soma das contribuições de cada agente individual, ou país. As instituições têm de agregar contribuições grandes e pequenas, trabalhar para resolver o parasitismo e navegar por problemas de teoria dos jogos, como os colocados no clássico dilema do prisioneiro (em que cooperar produz um melhor resultado do que actuar separadamente no seu próprio interesse).

Agora imagine um asteróide cataclísmico, mas destrutível, a aproximar-se da Terra. Qual seria a melhor forma de actuar? A probabilidade de destruir o asteróide depende do país ou outro agente que desenvolva a tecnologia mais precisa de destruição de asteróides – por outras palavras, um bem público mundial de melhor resultado. O benefício para todos no planeta é determinado pelo agente (neste exemplo, um país ou grupo de países) que investe mais recursos de forma eficaz. Grande parte da produção de tecnologia, como a corrida para sequenciar o genoma humano, bem como o conhecimento no domínio público, podem geralmente ser considerados bens públicos mundiais de melhor resultado.

As bolsas difíceis de erradicar de poliomielite endémica ilustram o terceiro tipo de bem público mundial: o elo mais fraco. Apesar de dois dos três vírus selvagens da poliomielite terem sido erradicados (o tipo 2 em 2015 e o tipo 3 em 2019),¹ os esforços de erradicação da poliomielite ainda não foram bem-sucedidos – e falharam várias datas previstas – porque a terceira estirpe do vírus (o tipo 1 selvagem da poliomielite) persiste apenas em algumas pequenas áreas no Afeganistão e no Paquistão, e o tipo 2 derivado da vacina também continua a circular.²

A erradicação de doenças, como no caso da varíola, é um bem público mundial. No entanto, tal como no caso da poliomielite, o mundo inteiro continua em risco se o agente patogénico circular em qualquer lugar. O benefício global está então ligado às circunstâncias do agente mais fraco. As implicações para a concentração de recursos são claras. A vigilância das doenças também é geralmente considerada um bem público mundial de elo mais fraco.³

Notas

1. <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/two-out-of-three-wild-poliovirus-strains-eradicated>.
2. Barrett 2011; Cohen 2023.
3. As avaliações pós-pandemia da COVID-19 estabeleceram que os países com capacidades de saúde pública mais genéricas estavam mais aptos a controlar a doença, sublinhando a importância não só de uma resposta de emergência, mas também da criação de capacidades de vigilância e de saúde pública onde estas não existem (Neill e outros 2023).

Por muito importante que a escolha humana seja para estabelecer, enquadrar e fornecer bens públicos mundiais, não é a história toda. A tecnologia também desempenha um papel importante. O advento da rádio e da televisão abriu o acesso à informação transmitida através das ondas de rádio a qualquer pessoa com um dispositivo de recepção. A televisão por cabo – e, mais tarde, os serviços de streaming – criaram oportunidades para vedar a programação, excluindo os não pagantes e conduzindo à proliferação de serviços por subscrição, que poderiam ser classificados económica e epiteticamente como excludentes. O desaparecimento dos telefones públicos após a entrada em cena dos telemóveis oferece uma história semelhante: a tecnologia criou oportunidades de exclusão que as opções políticas permitiram, se não mesmo encorajaram.

Tal como acontece com a própria tecnologia, os bens públicos mundiais muitas vezes não são dados, mas criados. Por nós! Pela nossa imaginação e pelas nossas escolhas sociais. É aí que reside uma boa medida do seu poder. Exigem e, por conseguinte, activam a nossa imaginação para um mundo diferente, uma forma diferente de fazer as coisas, exactamente o que é necessário para navegar em tempos incertos. A combinação dessa criatividade com os incentivos e as arquitecturas institucionais correctas, cujas características gerais já podemos antecipar, contribuirá em muito para fazer avançar as coisas e construir uma arquitectura global do século XXI para fornecer bens públicos mundiais.

As formas perversas de polarização estão a atrapalhar

É mais fácil de dizer do que fazer. O que é que está a atrapalhar?

Para começar, nós.

A polarização baseada em grupos é generalizada e está a aumentar em todo o mundo.³⁵ Está a afectar as políticas nacionais e internacionais que irão moldar a forma como os desafios globais partilhados serão abordados nas próximas décadas.³⁶ Como a polarização se traduz frequentemente em intolerância e aversão ao compromisso e à negociação, pode levar a um impasse político e ao mau funcionamento. Isto acontece, em parte, através da erosão da confiança

entre as comunidades, impedindo os esforços para resolver os principais problemas sociais, como as crises de saúde, os conflitos violentos e as alterações climáticas. Uma vez que muitas destas questões geram crenças opostas e intensa competição política, a polarização representa um grande obstáculo social à resolução de problemas comuns.³⁷

Polarização não é o mesmo que diferença ou desacordo, mesmo que seja um desacordo vigoroso. A diversidade de preferências e perspectivas enriquece a tomada de decisões e a acção colectivas.³⁸ De facto, as instituições políticas foram concebidas para aproveitar a rivalidade para servir o interesse público. Por exemplo, os argumentos invocados por James Madison ao conceber a Constituição dos EUA não pressupunham a ausência de interesses concorrentes, mas sim a concepção de instituições que aproveitassem essas diferenças para serem adaptáveis e servissem o interesse público.³⁹

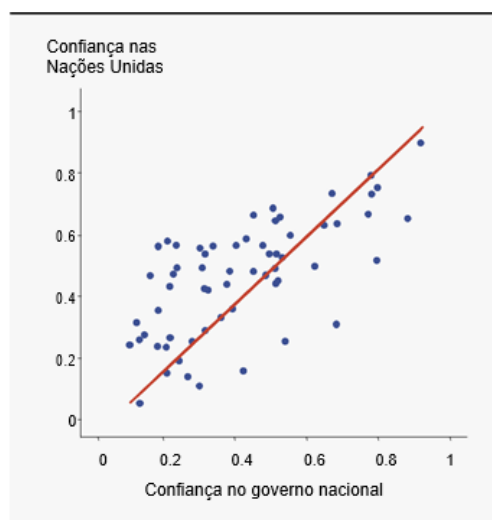
Mas a polarização apresenta novos desafios que estão a desgastar essas instituições.⁴⁰ Todas as diferenças de opinião são reduzidas a questões de uma identidade estreita ou única. O referendo do Brexit deu origem a novas identidades sociais – Leaver e Remainer – que constituíram a base de uma polarização grupal acrescida entre esses dois grupos.⁴¹ Nos Estados Unidos e noutros locais, a identificação do estatuto da vacina Covid-19 tornou-se um marcador faccional que separa um campo do outro.⁴²

A polarização a nível nacional tem consequências globais; é um entrave à cooperação internacional, incluindo para o fornecimento de bens públicos mundiais. Entre 1970 e 2019, houve 84 referendos sobre a cooperação internacional (como a adesão a organizações internacionais), com um aumento nas décadas mais recentes.⁴³ Houve campanhas para a retirada de instituições internacionais.⁴⁴ A União Europeia, a Organização Mundial do Comércio e as instituições de justiça internacional foram descritas como enfrentando desafios de legitimidade.⁴⁵

Por um lado, as sociedades altamente polarizadas que oscilam entre extremos políticos tornam os parceiros internacionais menos fiáveis. Há também um problema de confiança. A polarização significa uma erosão da confiança, e uma menor confiança –

ou confiança, em termos mais gerais – nas instituições nacionais tende a correlacionar-se com uma menor confiança em organizações internacionais como as Nações Unidas (figura O.5). Além disso, a polarização tende a alimentar o pensamento de soma zero e a gerar cinismo em relação ao compromisso e à tolerância, tudo isto antitético aos bens públicos mundiais.

Figura O.5 A menor confiança no governo nacional tende a correlacionar-se com a menor confiança nas Nações Unidas



Nota: A confiança nas instituições (o governo nacional e as Nações Unidas) implica a declaração de "muita" ou "bastante" confiança (outras opções: "não muita" ou "nenhuma").

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados da vaga 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial sobre Valores (Inglehart e outros, 2022).

O fornecimento de bens públicos mundiais não requer um momento de kumbaya entre as nações (intervenção divina para a harmonia). Mas também não vive no outro extremo do espectro, onde os pressupostos predominantes sobre o comportamento humano (e o dos países) está limitado ao interesse próprio e onde a cooperação é relegada para a reciprocidade – ou seja, jogos repetidos do dilema do prisioneiro. A provisão de bens públicos mundiais não será bem-sucedida em nenhum dos extremos. As pessoas e os países têm outras motivações, muitas vezes mais dominantes, que são moldadas por preferências e normas sociais, muitas das quais são culturalmente contingentes. Para a cooperação, o *crowding-in* (aglomeração) é tão possível como o *crowding-out* (exclusão) – se não mais – não em tudo, mas em desafios que não são de soma zero.

Para o fazer, será necessário um financiamento adicional para os bens públicos mundiais como complemento, e não como substituto ou concorrente, da ajuda tradicional ao desenvolvimento. Os custos da inacção na não provisão de bens públicos mundiais são insignificantes em comparação com os benefícios.⁴⁶ As mentalidades e as narrativas também são importantes aqui. Muitos motivos para apoiar a cooperação global, incluindo a redistribuição global, vão para além do interesse próprio e têm a ver com as opiniões das pessoas sobre justiça e equidade e com o facto de o seu sentido de dever se limitar à fronteira do seu país ou se estender a todo o mundo. Quando fornecidos, os bens públicos mundiais são vantajosos para todos, o oposto da soma nula. Se quisermos fornecê-los, será crucial dar mais importância à natureza destes desafios e criar instituições que facilitem a sua provisão.

A interdependência global mal gerida, especialmente quando culmina em choques e crises, alimenta a polarização de várias formas. Em primeiro lugar, ao fazer com que as pessoas se sintam inseguras e, em segundo lugar, quando os slogans transformam a insegurança em medo e são explorados para proveito político e pessoal. É por isso que é tão importante fornecer bens públicos mundiais. Ao ajudar-nos a gerir a interdependência global, esses bens públicos atenuarão um dos principais factores de polarização em todo o mundo.

“Ao ajudar-nos a gerir a interdependência global, os bens públicos mundiais atenuarão um dos principais factores de polarização em todo o mundo”

A polarização também pode ser atenuada directamente. Uma forma de o fazer é corrigindo as percepções erradas sobre as crenças dos outros, percepções erradas que são generalizadas. Por exemplo, a prevalência de crenças pró-clima nos Estados Unidos é o dobro do que as pessoas pensam.⁴⁷ O resultado é uma falsa realidade social que dificulta a acção colectiva sobre as alterações climáticas.

Outra forma de acalmar os ânimos é criar espaços de deliberação para ultrapassar as divisões. As assembleias de cidadãos são uma forma de o fazer. Avenidas de interacção estruturada e repetida como

estas são muito importantes. É muito mais fácil objectivar, rejeitar e caluniar por detrás da segurança pessoal de uma publicação nos meios de comunicação social ou de lançar o vitriolo através de uma câmara de televisão do que quando se partilha uma refeição com alguém, mesmo com inimigos políticos. Talvez seja por isso que a narração de histórias e as vinhetas se têm revelado formas eficazes de atenuar a polarização.⁴⁸ Tornam a "alteridade" mais difícil.

Precisamos de reduzir as lacunas de arbítrio

As nossas instituições estão a ter dificuldades em acompanhar a evolução e o aprofundamento das formas de interdependência global e em fornecer bens públicos mundiais. A polarização é uma grande parte do problema. O mesmo acontece com as suposições estreitas e auto-realizáveis sobre o comportamento humano que o limitam ao interesse próprio, suposições que há muito dominam as instituições a todos os níveis. O espaço para as preferências sociais, as normas, os deveres e a cultura foi comprimido. O populismo tornou-se uma válvula de pressão inútil. O resultado é que as instituições estão a falhar. Não é de admirar que, embora a grande maioria das pessoas apoie a democracia como um ideal, mais de metade apoie agora líderes que a podem minar na prática.

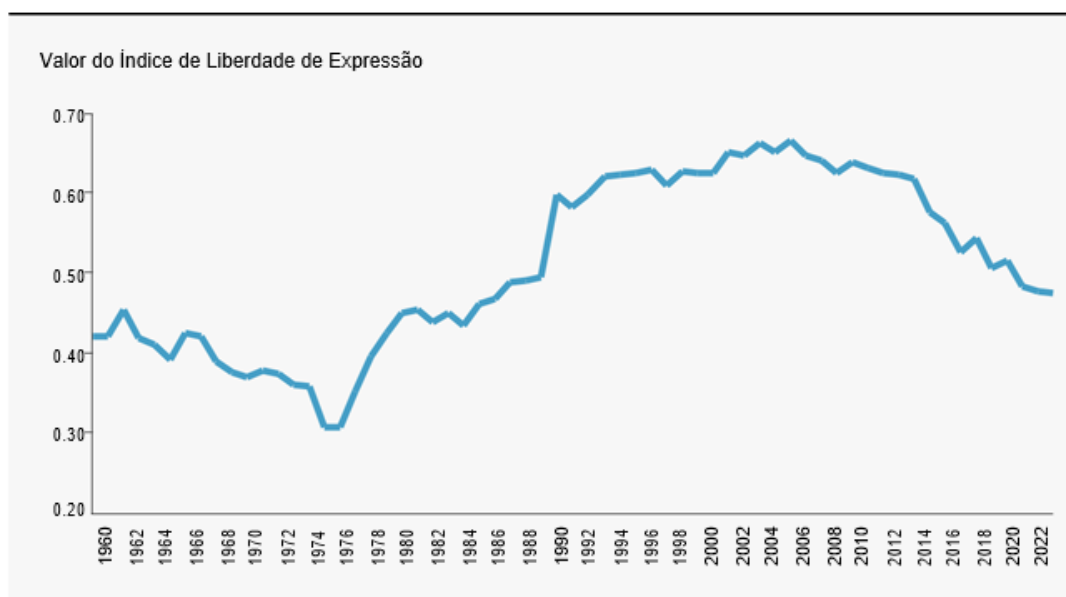
O arbítrio é uma pedra angular do desenvolvimento humano. Embora difícil de medir directamente, o arbítrio na prossecução da acção colectiva⁴⁹ pode estar a diminuir (figura O.6), pelo menos para uma parte considerável das pessoas em todo o mundo.⁵⁰ Para muitos, há um sentimento de afundamento – evidente no aumento generalizado das medidas de stress, preocupação e desespero auto-relatadas – de que as opções para exercerem escolha nas suas vidas, com base no que têm razões para valorizar, estão a diminuir. De entre um conjunto cada vez menor de opções, têm menos certezas – mais

insegurança – de que a escolha que querem fazer pode ser concretizada.

Estas são ameaças à psique humana – ao nosso sentido do eu e da autonomia, ao nosso sentido de pertença segura e ao nosso compromisso com a intencionalidade partilhada,⁵¹ à nossa capacidade de decidir o que valorizamos e como podemos e agimos de acordo com esses valores – não menos importantes do que as ameaças colocadas por um super tufão, um surto de doença ou a violência. As métricas convencionais, como o PIB ou mesmo o Índice de Desenvolvimento Humano, não estão a perceber algo importante que está a ser expresso em voz alta nas ruas, nas urnas e no aumento do apoio a líderes que podem minar a democracia. O arbítrio pode ser uma forma de compreender as lacunas e, juntamente com os conceitos de insegurança, é uma área propícia a uma medição inovadora. De facto, em todas as regiões, as lacunas de segurança humana e de arbítrio andam de mãos dadas (figura O.7).

Acrescente-se agora a desigualdade. Verifica-se um declínio acentuado na percentagem de pessoas que declaram ter muito pouco controlo sobre as suas vidas ao longo da distribuição do rendimento para os 50% inferiores da distribuição do rendimento (figura O.8). Ou seja, a capacidade de acção aumenta à medida que o rendimento cresce nos 50% inferiores da distribuição. Na base da pirâmide, a falta de capacidade de acção é particularmente acentuada (as lacunas de capacidade de acção são três vezes maiores entre as pessoas no decil de rendimento mais baixo do que no decil 6 e acima). Além disso, a percentagem de pessoas que declaram ter um controlo muito elevado sobre as suas vidas é baixa e relativamente igual para os 50% mais pobres da população, mas aumenta com o rendimento nos decis 6 e superiores. Assim, as desigualdades de rendimento, que muitas vezes se cruzam e estão associadas a outras desigualdades no desenvolvimento humano, moldam a capacidade de acção.

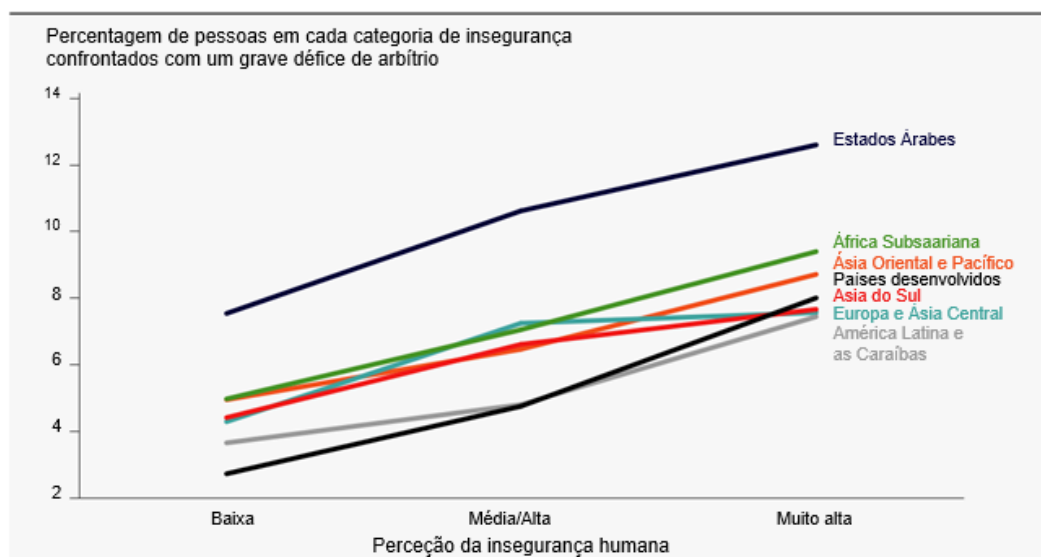
Figura O.6 A liberdade de expressão anda de para em para com o arbítrio e tem vindo a diminuir nos últimos anos



Nota: Os dados são médias globais ponderadas pela população.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados do projecto Varieties of Democracy e da base de dados World Development Indicators do Banco Mundial.

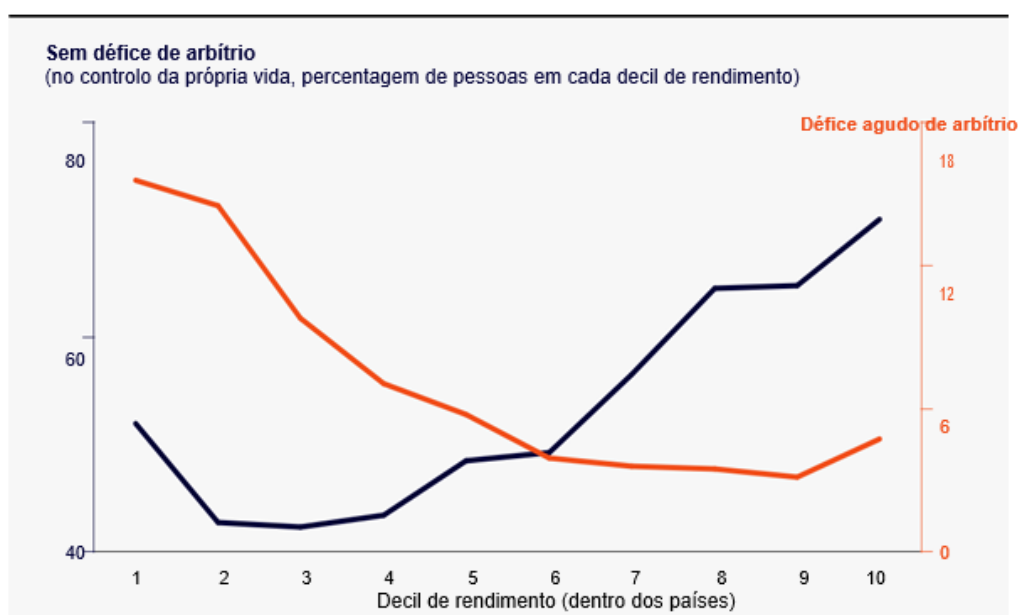
Figura O.7 Quanto maior for a percepção da insegurança humana, menor será o sentimento de controlo sobre a própria vida



Nota: A insegurança humana percebida é medida como "baixa", "média e alta" e "muito alta", utilizando micro-dados e pesos iguais entre países, e baseia-se no índice descrito no anexo 1.2 do PNUD (2022d). O défice de arbítrio agudo mede a percentagem da população que declara sentir que não tem ou tem muito pouco controlo sobre a sua vida (opções 1-3 numa escala de 1-10).

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, com base nos últimos dados disponíveis da vaga 6 (2010-2014) e da vaga 7 (2017-2022) do Inquérito sobre Valores Mundiais (Inglehart e outros, 2022).

Figura O.8 A percepção de arbítrio (controlo sobre a própria vida) é moldada pelo rendimento



Nota: Calculado utilizando micro-dados e pesos iguais entre países.

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados da vaga 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial sobre Valores (Inglehart e outros, 2022).

A polarização, a insegurança, a desigualdade e as narrativas redutoras têm um preço humano que pode ser compreendido através do arbítrio, que une estas vertentes como um denominador comum e um fio condutor para a acção.

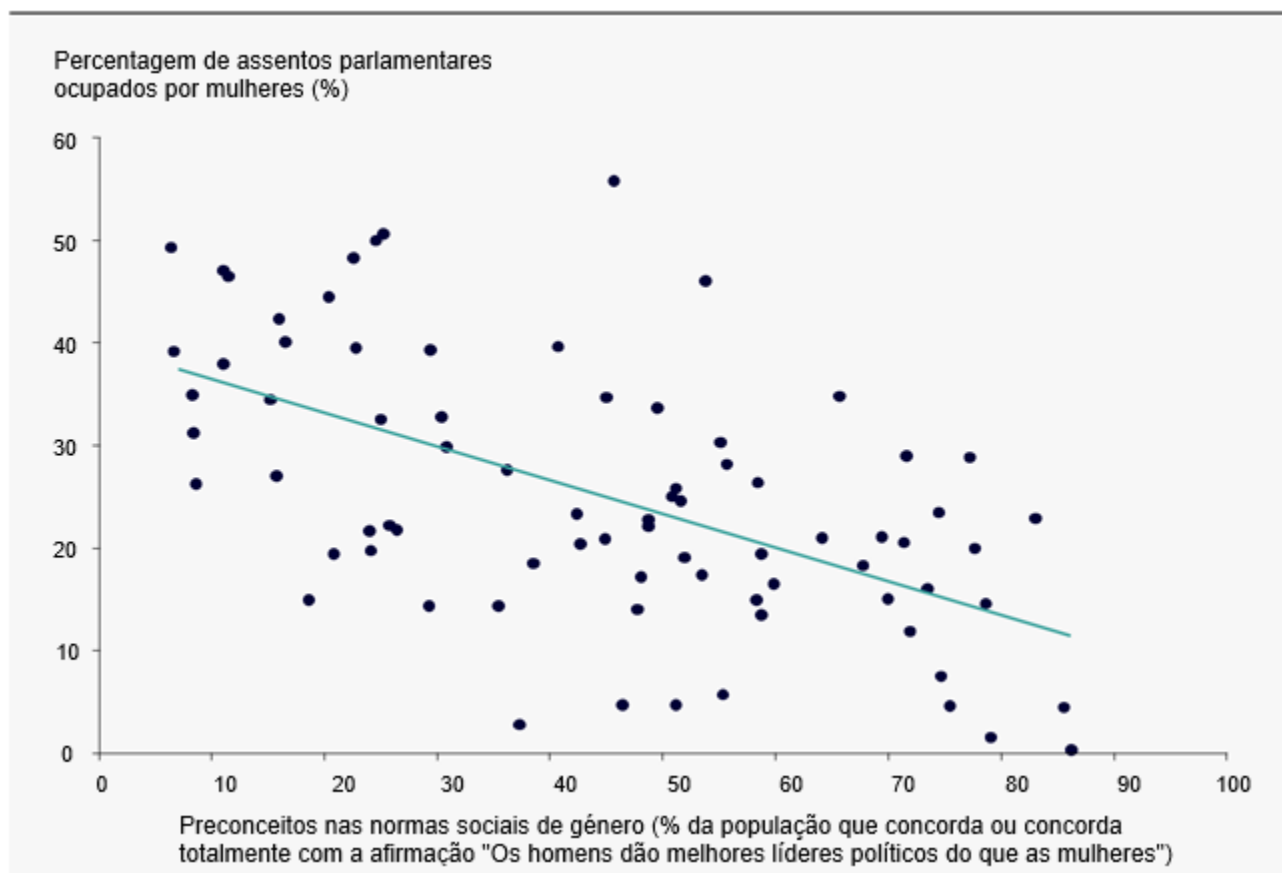
As lacunas de arbítrio não dizem respeito apenas às instituições formais. As normas, que interagem de forma dinâmica com as instituições, também são muito importantes. No início do século XX, na maioria dos países, as mulheres estavam oficialmente proibidas de participar em vários papéis sociais, desde a posse de propriedades e a frequência de universidades até ao envolvimento na política. As lacunas de acção das mulheres eram gritantes e generalizadas. Ao longo do século XX, foram realizadas amplas reformas em todo o mundo que reconheceram a igualdade de direitos legais, sociais, económicos e políticos entre homens e mulheres. Embora as mulheres em muitos países ainda enfrentem restrições legais que afectam a sua capacidade de acção, o progresso das reformas institucionais tem sido notável. As lacunas de actuação codificadas nas leis formais tendem a desaparecer. O direito legal de votar em eleições – uma forma fundamental de acção política – constitui um exemplo visível desta evolução.

No entanto, o arbítrio efectivo das mulheres continua a ser limitado em muitas áreas. Um exemplo notável é o acesso das mulheres a cargos políticos de topo – o pináculo do arbítrio político. As mulheres são chefes de Estado ou de Governo em apenas cerca de 10 por cento dos países, uma estatística que pouco se alterou nas últimas décadas.⁵²

O Índice de Normas Sociais de Género 2023 do PNUD, que trata os preconceitos como desvios dos padrões globais partilhados de igualdade de género, mostra que a igualdade de género está a ser limitada por normas sociais preconceituosas contra as mulheres (figura O.9).⁵³ Quase metade das pessoas acredita que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres.⁵⁴ E as normas preconceituosas podem estar tão enraizadas que julgamos mais severamente as mulheres que ocupam altos cargos políticos. Estes preconceitos permeiam as cabines de voto, os painéis de entrevista, as reuniões de direcção e muito mais – tudo isto limita a capacidade de acção das mulheres.

Para ajudar a reduzir as lacunas de actuação, as instituições devem estar centradas nas pessoas, ser propriedade conjunta e orientadas para o futuro. O que é que estes princípios significam para as instituições multilaterais existentes?

Figura O.9 A igualdade de género na política está a ser limitada por normas sociais preconceituosas contra as mulheres



Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados da vaga 7 (2017-2022) do World Values Survey (para preconceitos nas normas sociais) e dados da União Interparlamentar (para a percentagem de assentos parlamentares ocupados por mulheres em 2021). Ver também PNUD (2023a).

Um substituto para o desenvolvimento centrado nas pessoas é o desenvolvimento humano, que as instituições multilaterais reconhecem, na melhor das hipóteses, de forma limitada ou parcial. O desempenho económico continua a dominar a agenda. É por isso que a iniciativa “Para Além do PIB”, enfatizada pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, é tão importante.⁵⁵ As lacunas na co-propriedade manifestam-se na continuação dos mecanismos de governação através de regras escritas e não escritas que reflectem uma legitimação da distribuição do poder no pós-2ª Guerra Mundial.

A co-propriedade implica uma distribuição justa do ónus da acção governamental, evitando as desigualdades resultantes da evasão e da fraude fiscais. Na última década, registaram-se progressos consideráveis no controlo da evasão fiscal, principalmente através de uma maior informação e transparência em todo o mundo.⁵⁷ A Assembleia Geral das Nações Unidas iniciou o processo para

uma Convenção-Quadro sobre a Cooperação Fiscal Internacional, a fim de facilitar a coordenação das políticas sobre estas questões.⁵⁸ As taxas mínimas globais de imposto, como o imposto mínimo efectivo sobre o rendimento das pessoas colectivas, não têm de ser muito elevadas para gerar montantes substanciais se forem bem aplicadas.⁵⁹ A sua aplicação é, em grande medida, uma escolha política e depende da coordenação internacional.

Orientada para o futuro significa ter em conta a forma como a interdependência está a ser remodelada no Antropoceno e em resultado da Revolução Digital e encontrar formas de fornecer bens públicos mundiais de forma mais sistemática, eficiente e equitativa.

Para uma visão do desenvolvimento centrada no arbítrio

O que é o desenvolvimento e qual a melhor forma de o alcançar? Uma questão central na era do pós-guerra cuja resposta mudou ao longo do tempo em resposta às realidades emergentes. Atualmente, as interações dinâmicas entre as pressões planetárias do Antropoceno, por um lado, e as crescentes desigualdades e insegurança, por outro, constituem um desafio para todas as narrativas sobre o desenvolvimento.

Até para o desenvolvimento humano.

O primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, em 1990, proclamava com orgulho que "as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação". As pessoas continuam a sê-lo e sê-lo-ão sempre. Qual é o objectivo do desenvolvimento se não for para as pessoas? No entanto, a forma como falamos e medimos as pessoas tem de ir além das realizações de bem-estar, tal como são medidas pelo Índice de Desenvolvimento Humano e outros indicadores convencionais, para incluir o arbítrio – a capacidade única e ilimitada de as pessoas formarem e reformarem objectivos, compromissos e valores; de fazerem escolhas fundamentadas que podem ou não promover o seu próprio bem-estar; e, em última análise, de levarem vidas com objectivos, que podem ser maiores do que eles próprios.

O arbítrio tem sido largamente deixado de fora das agendas de desenvolvimento em qualquer sentido explícito. E isso reflecte-se. As lacunas de arbítrio coincidem com tendências preocupantes em matéria de normas e práticas democráticas, polarização e declínio da confiança generalizada nos governos e nas instituições internacionais. A própria cooperação internacional está a tornar-se mais politizada. As nossas instituições estão a debater-se com um défice de arbítrio.

Na sua obra seminal *Desenvolvimento como Liberdade*, Amartya Sen reformula o desenvolvimento como a procura de "uma maior liberdade [que] aumenta a capacidade das pessoas para se ajudarem a si próprias e também para influenciarem o mundo [...] A preocupação aqui relaciona-se com aquilo a que podemos chamar [...] o 'aspecto do arbítrio'".⁶⁰

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2023/2024 começa a moldar o que se poderia chamar uma visão emancipatória do desenvolvimento, que faz brilhar a noção de Sen de desenvolvimento como liberdade no grande desafio do nosso tempo: pessoas e planeta em crise conjunta. Esta visão do desenvolvimento centra a expansão do arbítrio na intersecção do desenvolvimento humano, dos direitos humanos e da sustentabilidade. O seu objectivo é a expansão das liberdades nas suas muitas formas, incluindo a libertação das tiranias de identidades únicas e exclusivas, de crenças de soma zero e de modelos de comportamento demasiado simplificados que reduzem as pessoas a narcisistas que calculam números.

As instituições do século XXI viriam a reduzir as lacunas entre os arbítrios e alargariam, em vez de substituírem, as do Estado-providência do século XX. A liberdade ganha significados mais amplos, indo além do necessário e importante "livre de não ter" – liberdade do medo, da carência, da privação – para o aspiracional e importante "liberdade de fazer" – liberdade de si, de pensamento e de acção, incluindo a acção colectiva útil.

"Os Estados de todos os quadrantes políticos e de todos os rendimentos têm a oportunidade e a obrigação de conceber políticas e instituições centradas no arbítrio, ancoradas no desenvolvimento humano e orientadas pelos direitos humanos"

Os Estados de todos os quadrantes políticos e de todos os rendimentos têm a oportunidade e a obrigação de definir políticas e instituições centradas no arbítrio, ancoradas no desenvolvimento humano e orientadas pelos direitos humanos, pela protecção do planeta e por instituições que nos libertem da estagnação disfuncional, que respondam melhor às pessoas e as empoderem, e que nos libertem a todos de narrativas rígidas e divisivas de soma zero sobre nós próprios e sobre os outros. Quando as pessoas se sentem mais livres para habitar identidades múltiplas e sobrepostas, quando o diálogo fundamentado e baseado em questões prevalece sobre a retórica emocionalmente carregada que explora as queixas baseadas em grupos, quando as pessoas se encontram com as pessoas em vez de lhes enviarem mensagens, então as pessoas são mais capazes e

propensas a perseguir os seus próprios objectivos, bem como a comprometer e cooperar em objectivos partilhados que tornam os seus próprios objectivos mais realizáveis.

Este é o ciclo virtuoso a que aspira uma visão do desenvolvimento centrada no arbítrio, cujos elementos constitutivos são delineados neste Relatório. O impasse global começa a dar lugar à cooperação, incluindo para bens públicos mundiais, mesmo quando persistem preferências diversas – e devemos esperar que persistam. De facto, as

diferenças no que as pessoas valorizam são uma observação motivadora subjacente ao desenvolvimento humano e, como se argumentou em anteriores Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano, a diversidade, nas suas muitas formas, é essencial para navegar em novas e interactivas camadas de incerteza.

Podemos fazer melhor. Temos muito a nosso favor. Vamos a isso!

Notas

SÍNTESE

- 1 Ver PNUD (2020, 2022a).
- 2 Watson e outros 2022.
- 3 Ver o Global Dashboard for Vaccine Equity do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em <https://data.undp.org/insights/vaccine-equity>.
- 4 Vaidyanathan 2024. Estes compromissos ficam ainda aquém das perdas e danos anuais associados às alterações climáticas, que se estimam em 400 mil milhões de dólares por ano.
- 5 <https://about.bnef.com/blog/global-clean-energy-investment-jumps-17-hits-1-8-trillion-in-2023-according-to-bloomberg-nef-report/> (acedido em 31 de Janeiro de 2024).
- 6 Os dados relativos ao IDH até 2022 constam do quadro 1 do anexo estatístico do relatório completo. Os valores para 2023 são projecções que utilizam as mesmas fontes de dados utilizadas para esse quadro.
- 7 Msemburi e outros 2023.
- 8 Ver PNUD (2022a).
- 9 Cerca de 3 mil milhões de pessoas declaram sentir-se preocupadas hoje em dia, um aumento de 687 milhões de pessoas ao longo da última década; 2 mil milhões de pessoas declaram sentir-se tristes, mais 540 milhões de pessoas do que há uma década; e 2,9 mil milhões de pessoas sofrem de stress, um aumento de 596 milhões de pessoas ao longo da última década (cálculos do Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano baseados em dados do Gallup 2023). Daly e Macchia (2023) documentam um aumento da prevalência de sentimentos de angústia emocional entre 2009 e 2021.
- 10 Ver Kurlantzick (2022), Nichols (2021) e PNUD (2023b).
- 11 Funke, Schularick e Trebesch 2023.
- 12 André e outros 2024.
- 13 Fernbach e Van Boven 2022.

- 14 Gur, Ayal e Halperin 2021.
- 15 Graeber, Roth e Zimmerman 2023; Vogt e outros 2016.
- 16 Demeritt e Hoff 2023. Expandir a capacidade de acção tem a ver com o reforço da capacidade das pessoas para serem agentes de mudança. As políticas não têm sublinhado suficientemente o papel central do arbítrio como um pilar fundamental do desenvolvimento humano. A redução das lacunas de capacidade de acção permite que as pessoas participem no raciocínio público e na tomada de decisões através de instituições em que confiam.
- 17 Sobre a importância da co-propriedade para as instituições políticas, ver Allen (2023).
- 18 Sobre a mobilização do futuro como uma ideia política, ver White (2023).

VISÃO GERAL

- 1 Persson e Bennich 2023.
- 2 IRC 2023; ACNUR 2023b, 2023c.
- 3 Msemburi e outros 2023; Wang e outros 2022;
- 4 Bollyky e outros 2022; Lenton, Boulton e Scheffer 2022.
- 5 Bollyky e outros 2022.
- 6 Henkel e outros 2023.
- 7 Kumar e outros 2022.
- 8 Druedahl, Minssen e Price 2021.
- 9 Gleeson e outros 2023.
- 10 NASA 2023.
- 11 A Human Climate Horizons do PNUD é uma plataforma de visualização interactiva (<https://horizons.hdr.undp.org/>) que consiste num recurso público digital dinâmico que projecta até ao final do século XXI os impactos das alterações climáticas nas pessoas e as suas implicações para o desenvolvimento humano.

- 12 Albrecht 2012, p. 250. Ver também Clayton e Karazsia (2020), Stanley e outros (2021) e Wullenkord e outros (2021).
- 13 Hickman e outros 2021.
- 14 Funke, Schularick e Trebesch 2016; Guiso e outros 2019; Gyöngyösi e Verner 2022; Mian, Sufi e Trebbi 2014.
- 15 Funke, Schularick e Trebesch 2023.
- 16 Cerra, Fatás e Saxena 2023.
- 17 Aiyar e outros 2023.
- 18 Aiyar e outros 2023; Xing, Gentile e Dol-lar 2021.
- 19 Ganapati e Wong 2023.
- 20 Chen, Mrkaic e Nabar 2019; Lane e Milesi-Ferretti 2018.
- 21 Holland e Pazarbasioglu 2024.
- 22 OMC 2023.
- 23 A partir de 2023, com base nos dados da União Internacional das Telecomunicações (<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx>, acessado em 16 de novembro de 2023).
- 24 IOM 2022.
- 25 PNUD 2009.
- 26 Koczan e outros 2021.
- 27 Engler e outros 2020.
- 28 Stiglitz 1998.
- 29 Ver Alcalá e Ciccone (2004), Bartley Johns e outros (2015); Frankel e Romer (2017) e IMF (2001). Ver Birdsall e outros (1993) para reflexões sobre o milagre da Ásia Oriental. O comércio também teve impactos diferenciados entre grupos populacionais (Engel e outros, 2021).
- 30 Branco e outros 2023.
- 31 Walter 2021.
- 32 Alstadsæter e outros 2023.
- 33 Minerais, energia, principais culturas, eletrónica, produtos farmacêuticos, metais de base, produtos químicos, serviços financeiros, serviços

- profissionais, propriedade intelectual (Seong e outros 2022).
- 34 Os contributos para a concetualização dos bens públicos mundiais ganharam força na viragem do século XX (Kanbur, Sandler e Morrison 1999; Kaul, Grunberg e Stern 1999; Sandler 1997). Uma primeira vaga de interesse político pelos bens públicos mundiais reflecte-se em Kaul e Conceição (2006), Kaul e outros (2003) e Zedillo e outros (2006). Para uma análise recente da importância crescente dos bens públicos mundiais no mundo atual, ver Buchholz e Sandler (2021).
- 35 Boese e outros 2022; Card e outros 2022; Iyengar, Sood e Lelkes 2012; McCoy e Somer 2019; Wagner 2021.
- 36 Levin, Milner e Perrings 2021.
- 37 Ver Van Bavel e outros (a publicar) sobre os custos da polarização de uma pandemia.
- 38 Schimmelpfennig e outros 2022.
- 39 Como defendido em Bednar (2021).
- 40 Bednar 2021.
- 41 Hobolt, Leeper e Tilley 2021.
- 42 Henkel e outros 2023.
- 43 De Vries, Hobolt e Walter 2021.
- 44 Bearce e Jolliff Scott 2019.
- 45 Deitelhoff 2020; Dellmuth e Tallberg 2015; Nye Jr 2001; Schneider 2018.
- 46 Ver Conceição e Mendoza (2006) e o capítulo 3 do relatório completo.
- 47 Sparkman, Geiger e Weber 2022.
- 48 Graeber, Roth e Zimmerman 2023.
- 49 A noção de arbítrio associada a resultados colectivos tem sido referida como "arbítrio colectiva". Ver, por exemplo, Ibrahim (2006), Leßmann (2022), Pelenc, Bazile e Ceruti (2015) e Rauschmayer e outros (2018).
- 50 Ver também Prados de la Escosura (2022).
- 51 O'Madagain e Tomasello 2022; Tomasello 2022.
- 52 PNUD 2023a.
- 53 PNUD 2023a.
- 54 PNUD 2023a.
- 55 ONU 2023.
- 56 Por exemplo, a Comissão Stiglitz para a Reforma do Sistema Financeiro e Monetário Internacional (reunida em 2008, em plena crise financeira mundial de 2007-2008) sugeriu como opção a criação de um Conselho de Coordenação Ecológica Mundial (Comissão Stiglitz 2009).
- 57 Através dos 171 membros do Fórum Mundial sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para efeitos fiscais. Em 2022, foram trocadas automaticamente informações sobre quase 12 biliões de euros em activos. Ver OCDE (2024).
- 58 Secretário-Geral das Nações Unidas 2023.
- 59 Alstadsæter e outros 2023.
- 60 Sen 1999, p. 18.

Índices de desenvolvimento humano

		Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH ajustado às desigualdades (IHDI)		Índice de Desenvolvimento do Género		Índice de desigualdade de género		Índice de Pobreza Multidimensional			IDH ajustado à pressão planetária	
			Valor	Perda total (%)					Valor	Efectivos (%)	Intensidade da privação (%)	Valor	Dif. do valor IDH (%)
Posição no IDH		2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2011-2022	2022	2022	
Desenvolvimento humano muito elevado													
1	Suíça	0.967	0.891	7.9	0.971	2	0.018	3	0.826	14.6
2	Noruega	0.966	0.903	6.5	0.986	1	0.012	2	0.808	16.4
3	Islândia	0.959	0.910	5.1	0.975	1	0.039	9	0.806	16.0
4	Hong Kong, China (SAR)	0.956	0.840	12.1	0.972	2
5	Dinamarca	0.952	0.898	5.7	0.981	1	0.009	1	0.839	11.9
5	Suécia	0.952	0.878	7.8	0.983	1	0.023	4	0.839	11.9
7	Alemanha	0.950	0.881	7.3	0.966	2	0.071	19	0.833	12.3
7	Irlanda	0.950	0.886	6.7	0.991	1	0.072	20	0.814	14.3
9	Singapura	0.949	0.825	13.1	0.991	1	0.036	8	0.745	21.5
10	Austrália	0.946	0.860	9.1	0.978	1	0.063	17	0.763	19.3
10	Países Baixos	0.946	0.885	6.4	0.960	2	0.025	5	0.796	15.9
12	Bélgica	0.942	0.878	6.8	0.975	1	0.044	11	0.803	14.8
12	Finlândia	0.942	0.886	5.9	0.989	1	0.032	6	0.787	16.5
12	Liechtenstein	0.942	0.949	3
15	Reino Unido	0.940	0.865	8.0	0.976	1	0.094	28	0.846	10.0
16	Nova Zelândia	0.939	0.856	8.8	0.970	2	0.082	23	0.814	13.3
17	Emirados Árabes Unidos	0.937	0.859	8.3	0.986	1	0.035	7	0.688	26.6
18	Canadá	0.935	0.864	7.6	0.988	1	0.069	18	0.726	22.4
19	Coreia (República da)	0.929	0.841	9.5	0.948	3	0.062	16	0.775	16.6
20	Luxemburgo	0.927	0.839	9.5	0.993	1	0.043	10	0.685	26.1
20	Estados Unidos	0.927	0.823	11.2	1.005	1	0.180	44	0.740	20.2
22	Áustria	0.926	0.859	7.2	0.972	2	0.048	12	0.789	14.8
22	Eslovénia	0.926	0.882	4.8	0.999	1	0.049	13	0.832	10.2
24	Japão	0.920	0.844	8.3	0.968	2	0.078	22	0.809	12.1
25	Israel	0.915	0.808	11.7	0.991	1	0.092	26	0.780	14.8
25	Malta	0.915	0.837	8.5	0.980	1	0.117	35	0.806	11.9
27	Espanha	0.911	0.796	12.6	0.988	1	0.059	15	0.839	7.9
28	França	0.910	0.820	9.9	0.986	1	0.084	24	0.823	9.6
29	Chipre	0.907	0.827	8.8	0.977	1	0.253	62	0.803	11.5
30	Itália	0.906	0.802	11.5	0.969	2	0.057	14	0.825	8.9
31	Estónia	0.899	0.835	7.1	1.022	1	0.093	27	0.766	14.8
32	República Checa	0.895	0.848	5.3	0.988	1	0.113	32	0.782	12.6
33	Grécia	0.893	0.801	10.3	0.969	2	0.120	37	0.809	9.4
34	Barém	0.888	0.937	3	0.181	45	0.673	24.2
35	Andorra	0.884	0.810	8.4
36	Polónia	0.881	0.797	9.5	1.009	1	0.105	31	0.780	11.5
37	Letónia	0.879	0.802	8.8	1.022	1	0.142	39	0.782	11.0
37	Lituânia	0.879	0.795	9.6	1.028	2	0.098	30	0.748	14.9
39	Croácia	0.878	0.817	6.9	0.993	1	0.087	25	0.807	8.1
40	Qatar	0.875	1.027	2	0.212	54	0.450	48.6
40	Arábia Saudita	0.875	0.928	3	0.229	55	0.690	21.1
42	Portugal	0.874	0.774	11.4	0.998	1	0.076	21	0.807	7.7
43	São Marinho	0.867	0.966	2
44	Chile	0.860	0.704	18.1	0.973	2	0.190	49	0.786	8.6
45	Eslováquia	0.855	0.808	5.5	1.002	1	0.184	46	0.776	9.2
45	Türkiye	0.855	0.717	16.1	0.941	3	0.259	63	0.783	8.4
47	Hungria	0.851	0.800	6.0	0.989	1	0.230	56	0.769	9.6
48	Argentina	0.849	0.747	12.0	0.995	1	0.292	71	0.001	0.4	34.0	0.782	7.9
49	Kuwait	0.847	1.014	1	0.199	51	0.580	31.5
50	Montenegro	0.844	0.756	10.4	0.978	1	0.114	33	0.005	1.2	39.6
51	São Cristóvão e Nevis	0.838
52	Uruguai	0.830	0.720	13.3	1.020	1	0.240	60	0.784	5.5

53	Roménia	0.827	0.739	10.6	0.981	1	0.230	56	0.759	8.2
54	Antígua e Barbuda	0.826
55	Brunei Darussalam	0.823	0.727	11.7	0.983	1	0.279	68	0.576	30.0
56	Federação Russa	0.821	0.747	9.0	1.021	1	0.178	43	0.725	11.7
57	Bahamas	0.820	0.663	19.1	1.007	1	0.333	79	0.744	9.3
57	Panamá	0.820	0.647	21.1	1.017	1	0.392	95	0.773	5.7
59	Omã	0.819	0.721	12.0	0.937	3	0.267	66	0.593	27.6
60	Geórgia	0.814	0.728	10.6	1.005	1	0.283	69	0.001	0.3	36.6	0.767	5.8
60	Trinidad e Tobago	0.814	0.992	1	0.264	64	0.002	0.6	38.0
62	Barbados	0.809	0.617	23.7	1.030	2	0.289	70	0.009	2.5	34.2
63	Malásia	0.807	0.692	14.3	0.973	2	0.202	52	0.704	12.8
64	Costa Rica	0.806	0.656	18.6	0.995	1	0.232	58	0.002	0.5	37.1	0.763	5.3
65	Sérvia	0.805	0.740	8.1	0.986	1	0.119	36	0.000	0.1	38.1	0.732	9.1
66	Tailândia	0.803	0.681	15.2	1.011	1	0.310	74	0.002	0.6	36.7	0.750	6.6
67	Cazaquistão	0.802	0.734	8.5	0.998	1	0.177	42	0.002	0.5	35.6	0.688	14.2
67	Seychelles	0.802	0.715	10.8	1.064	3	0.003	0.9	34.2
69	Bielorrússia	0.801	0.750	6.4	1.003	1	0.096	29
Desenvolvimento humano elevado													
70	Bulgária	0.799	0.703	12.0	0.995	1	0.206	53	0.720	9.9
71	Palau	0.797	0.633	20.6	1.007	1
72	Maurícia	0.796	0.625	21.5	0.976	1	0.369	87
73	Granada	0.793	0.976	1
74	Albânia	0.789	0.687	12.9	0.977	1	0.116	34	0.003	0.7	39.1	0.747	5.3
75	China	0.788	0.662	16.0	0.962	2	0.186	47	0.016	3.9	41.4	0.679	13.8
76	Arménia	0.786	0.721	8.3	1.026	2	0.198	50	0.001	0.2	36.2	0.752	4.3
77	México	0.781	0.641	17.9	0.979	1	0.352	84	0.016	4.1	40.5	0.734	6.0
78	Irão (República Islâmica do)	0.780	0.584	25.1	0.880	5	0.484	121	0.715	8.3
78	Sri Lanka	0.780	0.630	19.2	0.947	3	0.376	90	0.011	2.9	38.3	0.762	2.3
80	Bósnia e Herzegovina	0.779	0.667	14.4	0.952	2	0.148	40	0.008	2.2	37.9	0.710	8.9
81	São Vicente e Granadinas	0.772
82	República Dominicana	0.766	0.627	18.1	1.029	2	0.433	107	0.009	2.3	38.8	0.732	4.4
83	Equador	0.765	0.630	17.6	0.990	1	0.371	89	0.008	2.1	38.0	0.733	4.2
83	Macedónia do Norte	0.765	0.679	11.2	0.950	2	0.134	38	0.001	0.4	38.2	0.715	6.5
85	Cuba	0.764	0.973	2	0.300	73	0.003	0.7	38.1	0.740	3.1
86	Moldávia (República da)	0.763	0.698	8.5	1.033	2	0.156	41	0.004	0.9	37.4	0.731	4.2
87	Maldivas	0.762	0.597	21.7	0.976	1	0.328	76	0.003	0.8	34.4
87	Peru	0.762	0.607	20.3	0.952	2	0.360	85	0.026	6.6	38.9	0.733	3.8
89	Azerbaijão	0.760	0.707	7.0	0.961	2	0.329	77	0.719	5.4
89	Brasil	0.760	0.577	24.1	1.000	1	0.391	94	0.016	3.8	42.5	0.702	7.6
91	Colômbia	0.758	0.568	25.1	0.998	1	0.392	95	0.020	4.8	40.6	0.725	4.4
92	Líbia	0.746	0.988	1	0.266	65	0.007	2.0	37.1	0.661	11.4
93	Argélia	0.745	0.588	21.1	0.881	5	0.460	114	0.005	1.4	39.2	0.702	5.8
94	Turquemenistão	0.744	0.001	0.2	34.0	0.662	11.0
95	Guiana	0.742	0.992	1	0.416	104	0.007	1.8	39.3
96	Mongólia	0.741	0.645	13.0	1.032	2	0.297	72	0.028	7.3	38.8	0.619	16.5
97	Dominica	0.740
98	Tonga	0.739	0.654	11.5	0.996	1	0.462	115	0.003	0.9	38.1
99	Jordânia	0.736	0.615	16.4	0.863	5	0.449	111	0.002	0.4	35.4	0.706	4.1
100	Ucrânia	0.734	0.676	7.9	1.021	1	0.188	48	0.001	0.2	34.4	0.685	6.7
101	Tunísia	0.732	0.574	21.6	0.928	3	0.237	59	0.003	0.8	36.5	0.701	4.2
102	Ilhas Marshall	0.731	0.620	15.2	0.945	3
102	Paraguai	0.731	0.582	20.4	0.994	1	0.429	106	0.019	4.5	41.9	0.684	6.4
104	Fiji	0.729	0.632	13.3	0.940	3	0.332	78	0.006	1.5	38.1
105	Egipto	0.728	0.561	22.9	0.884	5	0.389	93	0.020	5.2	37.6	0.695	4.5
106	Uzbequistão	0.727	0.924	4	0.242	61	0.006	1.7	35.3	0.696	4.3
107	Vietname	0.726	0.607	16.4	1.007	1	0.378	91	0.008	1.9	40.3	0.681	6.2
108	Santa Lúcia	0.725	0.539	25.7	1.013	1	0.347	82	0.007	1.9	37.5
109	Libano	0.723	0.928	3	0.365	86	0.680	5.9
110	África do Sul	0.717	0.462	35.6	0.985	1	0.401	99	0.025	6.3	39.8	0.667	7.0
111	Palestina, Estado de	0.716	0.587	18.0	0.880	5	0.002	0.6	35.0	0.695	2.9
112	Indonésia	0.713	0.588	17.5	0.940	3	0.439	109	0.014	3.6	38.7	0.685	3.9
113	Filipinas	0.710	0.590	16.9	0.966	2	0.388	92	0.024	5.8	41.8	0.687	3.2

114	Botsuana	0.708	0.488	31.1	0.998	1	0.483	120	0.073	17.2	42.2	0.677	4.4
115	Jamaica	0.706	0.584	17.3	1.016	1	0.350	83	0.011	2.8	38.9	0.676	4.2
116	Samoa	0.702	0.602	14.2	0.968	2	0.406	101	0.025	6.3	39.1
117	Quirguizistão	0.701	0.634	9.6	0.975	1	0.345	81	0.001	0.4	36.3	0.683	2.6
118	Belize	0.700	0.982	1	0.454	113	0.017	4.3	39.8	0.668	4.6
Desenvolvimento humano médio													
119	Venezuela (República Bolivariana da)	0.699	0.600	14.2	1.002	1	0.521	134	0.664	5.0
120	Bolívia (Estado Plurinacional da)	0.698	0.560	19.8	0.965	2	0.418	105	0.038	9.1	41.7	0.662	5.2
120	Marrocos	0.698	0.508	27.2	0.851	5	0.440	110	0.027	6.4	42.0	0.672	3.7
122	Nauru	0.696	1.037	2
123	Gabão	0.693	0.526	24.1	0.982	1	0.524	136	0.070	15.6	44.7	0.667	3.8
124	Suriname	0.690	0.987	1	0.405	100	0.011	2.9	39.4
125	Butão	0.681	0.465	31.7	0.970	2	0.334	80	0.615	9.7
126	Tajiquistão	0.679	0.585	13.8	0.919	4	0.269	67	0.029	7.4	39.0	0.664	2.2
127	El Salvador	0.674	0.548	18.7	0.972	2	0.369	87	0.032	7.9	41.3	0.649	3.7
128	Iraque	0.673	0.519	22.9	0.786	5	0.562	143	0.033	8.6	37.9	0.643	4.5
129	Bangladesh	0.670	0.470	29.9	0.914	4	0.498	127	0.104	24.6	42.2	0.656	2.1
130	Nicarágua	0.669	0.507	24.2	0.949	3	0.397	97	0.074	16.5	45.3	0.642	4.0
131	Cabo Verde	0.661	0.471	28.7	0.981	1	0.325	75
132	Tuvalu	0.653	0.545	16.5	0.975	1	0.008	2.1	38.2
133	Guiné Equatorial	0.650	0.624	4.0
134	Índia	0.644	0.444	31.1	0.852	5	0.437	108	0.069	16.4	42.0	0.625	3.0
135	Micronésia (Estados Federados da)	0.634	0.950	2
136	Guatemala	0.629	0.453	28.0	0.931	3	0.474	117	0.134	28.9	46.2	0.604	4.0
137	Kiribati	0.628	0.528	15.9	0.849	5	0.080	19.8	40.5
138	Honduras	0.624	0.480	23.1	0.974	2	0.413	102	0.051	12.0	42.7	0.606	2.9
139	Rep. Democrática Popular do Laos	0.620	0.466	24.8	0.919	4	0.467	116	0.108	23.1	47.0	0.580	6.5
140	Vanuatu	0.614	0.936	3
141	São Tomé e Príncipe	0.613	0.459	25.1	0.048	11.7	40.9
142	Eswatini (Reino de)	0.610	0.372	39.0	0.987	1	0.491	124	0.081	19.2	42.3
142	Namíbia	0.610	0.399	34.6	1.006	1	0.450	112	0.185	40.9	45.2	0.584	4.3
144	Myanmar	0.608	0.475	21.9	0.941	3	0.479	119	0.176	38.3	45.9	0.596	2.0
145	Gana	0.602	0.378	37.2	0.933	3	0.512	130	0.111	24.6	45.1	0.586	2.7
146	Quênia	0.601	0.438	27.1	0.948	3	0.533	139	0.171	37.5	45.6	0.590	1.8
146	Nepal	0.601	0.424	29.5	0.885	5	0.495	126	0.074	17.5	42.5	0.581	3.3
148	Camboja	0.600	0.438	27.0	0.926	3	0.486	122	0.070	16.6	42.3	0.572	4.7
149	Congo	0.593	0.385	35.1	0.909	4	0.572	144	0.112	24.3	46.0	0.580	2.2
150	Angola	0.591	0.344	41.8	0.905	4	0.520	133	0.282	51.1	55.3	0.581	1.7
151	Camarões	0.587	0.362	38.3	0.900	4	0.555	142	0.232	43.6	53.2	0.577	1.7
152	Comores	0.586	0.334	43.0	0.914	4	0.181	37.3	48.5
153	Zâmbia	0.569	0.344	39.5	0.930	3	0.526	137	0.232	47.9	48.4	0.561	1.4
154	Papua Nova Guiné	0.568	0.407	28.3	0.927	3	0.604	151	0.263	56.6	46.5	0.558	1.8
155	Timor-Leste	0.566	0.407	28.1	0.904	4	0.415	103	0.222	48.3	45.9
156	Ilhas Salomão	0.562	0.959	2
157	República Árabe da Síria	0.557	0.805	5	0.487	123
158	Haiti	0.552	0.335	39.3	0.929	3	0.621	158	0.200	41.3	48.4	0.546	1.1
159	Uganda	0.550	0.377	31.5	0.899	5	0.527	138	0.281	57.2	49.2	0.543	1.3
159	Zimbabué	0.550	0.370	32.7	0.936	3	0.519	132	0.110	25.8	42.6	0.541	1.6
Desenvolvimento humano baixo													
161	Nigéria	0.548	0.369	32.7	0.886	5	0.677	165	0.175	33.0	52.9	0.539	1.6
161	Ruanda	0.548	0.377	31.2	0.921	4	0.400	98	0.231	48.8	47.3	0.541	1.3
163	Togo	0.547	0.345	36.9	0.848	5	0.578	147	0.180	37.6	47.8	0.541	1.1
164	Mauritânia	0.540	0.351	35.0	0.874	5	0.603	150	0.327	58.4	56.0	0.520	3.7
164	Paquistão	0.540	0.360	33.3	0.834	5	0.522	135	0.198	38.3	51.7	0.528	2.2
166	Costa do Marfim	0.534	0.318	40.4	0.861	5	0.612	156	0.236	46.1	51.2
167	Tanzânia (República Unida da)	0.532	0.372	30.1	0.940	3	0.513	131	0.284	57.1	49.8	0.525	1.3
168	Lesoto	0.521	0.332	36.3	0.999	1	0.552	141	0.084	19.6	43.0
169	Senegal	0.517	0.334	35.4	0.925	3	0.505	129	0.263	50.8	51.7	0.503	2.7
170	Sudão	0.516	0.331	35.9	0.868	5	0.548	140	0.279	52.3	53.4	0.506	1.9
171	Jibuti	0.515	0.341	33.8	0.844	5	0.493	4.3
172	Malawi	0.508	0.359	29.3	0.926	3	0.579	148	0.231	49.9	46.3	0.501	1.4
173	Benim	0.504	0.309	38.7	0.848	5	0.649	160	0.368	66.8	55.0	0.494	2.0

174	Gâmbia	0.495	0.311	37.2	0.940	3	0.585	149	0.198	41.7	47.5	0.489	1.2
175	Eritreia	0.493	0.487	1.2
176	Etiópia	0.492	0.324	34.1	0.922	4	0.494	125	0.367	68.7	53.3	0.485	1.4
177	Libéria	0.487	0.310	36.3	0.860	5	0.656	161	0.259	52.3	49.6	0.482	1.0
177	Madagáscar	0.487	0.328	32.6	0.945	3	0.574	145	0.386	68.4	56.4	0.483	0.8
179	Guiné-Bissau	0.483	0.310	35.8	0.862	5	0.631	159	0.341	64.4	52.9
180	Congo (República Democrática do)	0.481	0.315	34.5	0.891	5	0.605	152	0.331	64.5	51.3	0.477	0.8
181	Guiné	0.471	0.285	39.5	0.818	5	0.609	154	0.373	66.2	56.4	0.462	1.9
182	Afganistão	0.462	0.300	35.1	0.622	5	0.665	162	0.272	55.9	48.6	0.459	0.6
183	Moçambique	0.461	0.270	41.4	0.929	3	0.477	118	0.372	61.9	60.0	0.456	1.1
184	Serra Leoa	0.458	0.277	39.5	0.885	5	0.613	157	0.293	59.2	49.5	0.452	1.3
185	Burquina Faso	0.438	0.261	40.4	0.881	5	0.577	146	0.433	1.1
186	Iémen	0.424	0.285	32.8	0.456	5	0.820	166	0.245	48.5	50.6	0.420	0.9
187	Burundi	0.420	0.273	35.0	0.926	3	0.499	128	0.409	75.1	54.4	0.417	0.7
188	Mali	0.410	0.277	32.4	0.830	5	0.607	153	0.376	68.3	55.0	0.404	1.5
189	Chade	0.394	0.238	39.6	0.776	5	0.671	163	0.517	84.2	61.4	0.382	3.0
189	Níger	0.394	0.262	33.5	0.826	5	0.609	154	0.601	91.0	66.1	0.389	1.3
191	República Centro-Africana	0.387	0.237	38.8	0.461	80.4	57.4	0.383	1.0
192	Sudão do Sul	0.381	0.222	41.7	0.376	1.3
193	Somália	0.380	0.769	5	0.674	164	0.376	1.1
Outros países ou territórios													
..	Coreia (Rep. Popular Democrática)
..	Mónaco
Grupos de desenvolvimento humano													
	Desenvolvimento humano muito elevado	0.902	0.807	10.5	0.988	-	0.150	-	0.002	0.5	35.9	0.779	13.6
	Desenvolvimento humano elevado	0.764	0.628	17.8	0.962	-	0.339	-	0.016	3.8	40.7	0.691	9.6
	Desenvolvimento humano médio	0.640	0.447	30.2	0.870	-	0.476	-	0.091	20.5	44.1	0.622	2.8
	Baixo desenvolvimento humano	0.517	0.341	34.0	0.868	-	0.579	-	0.274	51.6	53.2	0.509	1.5
	Países em desenvolvimento	0.694	0.524	24.5	0.929	-	0.485	-	0.088	18.2	48.5	0.652	6.1
Regiões													
	Estados Árabes	0.704	0.534	24.1	0.877	-	0.523	-	0.074	15.1	48.9	0.658	6.5
	Ásia Oriental e Pacífico	0.766	0.640	16.4	0.962	-	0.340	-	0.022	5.1	42.4	0.683	10.8
	Europa e Ásia Central	0.802	0.708	11.7	0.963	-	0.224	-	0.004	1.2	37.1	0.743	7.4
	América Latina e Caraíbas	0.763	0.605	20.7	0.991	-	0.386	-	0.024	5.6	43.1	0.716	6.2
	Ásia do Sul	0.641	0.443	30.9	0.855	-	0.478	-	0.091	20.5	44.6	0.622	3.0
	África Subsaariana	0.549	0.363	33.9	0.915	-	0.565	-	0.262	49.5	52.9	0.539	1.8
	Países menos desenvolvidos	0.542	0.363	33.0	0.890	-	0.556	-	0.268	51.7	52.0	0.533	1.7
	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento												
	OCDE	0.906	0.803	11.4	0.984	-	0.194	-	0.017	4.2	40.5	0.787	13.1
	Mundo	0.739	0.576	22.1	0.951	-	0.462	-	0.088	18.2	48.5	0.685	7.3

Definições

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede o desempenho médio em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida decente. Ver nota técnica 1 em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf para mais pormenores sobre a forma como o IDH é calculado.

IDH ajustado às desigualdades (IDHI): Valor do IDH ajustado às desigualdades nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Ver nota técnica 2 em

http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf para mais pormenores sobre o cálculo do IDH.

Perda global: Diferença percentual entre o valor IHDI e o valor HDI, calculada apenas para os países para os quais é calculado um valor IHDI.

Índice de Desenvolvimento do Género: Rácio entre os valores do IDH feminino e masculino. Ver nota técnica 3 em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento do Género.

Grupos do Índice de Desenvolvimento do Género: Os países são divididos em cinco grupos por desvio absoluto da paridade de género nos valores do IDH. O grupo 1 inclui países com elevada igualdade nos resultados do IDH entre mulheres e homens (desvio absoluto inferior a 2,5 por cento), o grupo 2 inclui países com igualdade média a elevada nos resultados do IDH entre mulheres e homens (desvio absoluto de 2,5-5 por cento), o grupo 3 inclui países com igualdade média nos resultados do IDH entre mulheres e homens (desvio absoluto de 5-7.5 por cento), o grupo 4 inclui países com igualdade média a baixa nos resultados do IDH entre mulheres e homens (desvio absoluto

de 7,5-10 por cento) e o grupo 5 inclui países com baixa igualdade nos resultados do IDH entre mulheres e homens (desvio absoluto da paridade de género superior a 10 por cento).

Índice de Desigualdade de Género:

Uma medida composta que reflecte a desigualdade de resultados entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Ver nota técnica 4 em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf para mais pormenores sobre a forma como o Índice de Desigualdade de Género é calculado.

Índice de Pobreza Multidimensional:

Proporção da população que é multidimensionalmente pobre, ajustada pela intensidade das privações. Nem todos os indicadores estavam disponíveis para todos os países, pelo que se deve ter cuidado nas comparações entre países. Quando um indicador está em falta, os pesos dos indicadores disponíveis são ajustados para totalizar 100 por cento. Ver a nota técnica 5 em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf para mais pormenores sobre o cálculo do índice de pobreza multidimensional.

Número de pessoas afectadas pela pobreza multidimensional:

População com uma pontuação de privação de pelo menos 33,3 por cento. É expressa como uma percentagem da população no ano do inquérito, o número de pessoas multidimensionalmente pobres no ano do inquérito e o número projectado de pessoas multidimensionalmente pobres em 2021.

Intensidade da privação da pobreza multidimensional:

Pontuação média da privação registada pelas pessoas em situação de pobreza multidimensional.

IDH ajustado às pressões planetárias (IDHP):

Valor do IDH ajustado pelo nível de emissões de dióxido de carbono e pela pegada material per capita para ter em conta a pressão humana excessiva sobre o planeta.

Deve ser visto como um incentivo à transformação. Ver nota técnica 6 em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf para mais pormenores sobre o cálculo do IDH.

Diferença em relação ao valor do

IDH: Diferença percentual entre o valor do PHDI e o valor do HDI.

Principais fontes de dados

Colunas 1 e 4: Cálculos da HDRO com base em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023), UNDESA (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

Coluna 2: Calculada como a média geométrica dos valores do índice de esperança de vida ajustado às desigualdades, do índice de educação ajustado às desigualdades e do índice de rendimento ajustado às desigualdades, utilizando a metodologia da nota técnica 2 (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf).

Coluna 3: Calculado com base nos dados das colunas 1 e 2.

Coluna 5: Calculado com base nos dados da coluna 4.

Coluna 6: Cálculos HDRO com base em dados de Barro e Lee (2018), ICF Macro Demographic and Health Surveys, ILO (2023), IPU (2023), OCDE (2023), UNDESA (2022), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Multiple Indicator Cluster Surveys e OMS, UNICEF, UNFPA, Grupo do Banco Mundial e UNDESA/Divisão de População (2023).

Coluna 7: Calculado com base nos dados da coluna 6.

Colunas 8-10: Cálculos HDRO e OPHI com base em dados sobre as privações dos agregados familiares em matéria de saúde, educação e nível de vida provenientes de vários anos dos

Inquéritos Macro Demográficos e de Saúde da ICF e dos Inquéritos de Indicadores Múltiplos por Grupos da UNICEF.

Coluna 11: Cálculos da HDRO com base em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023), UNDESA (2022, 2023), Programa das Nações Unidas para o Ambiente (2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

Coluna 12: Calculado com base nos dados das colunas 1 e 11.

Referências

- Aiyar, S., Chen, J., Ebeke, C. H., Garcia-Saltos, R., Gudmundsson, T., Ilyina, A., Kangur, A., and others. 2023. "Geo-Economic Fragmentation and the Future of Multilateralism." Staff Discussion Note 2023/001. International Monetary Fund, Washington, DC.
- Albrecht, G. 2012. "Psychoterratic Conditions in a Scientific and Technological World." In Kahn Jr., P. H., and Hasbach, P. H., (eds.), *Ecopsychology: Science, Totems, and the Technological Species*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Alcalá, F., and Ciccone, A. 2004. "Trade and Productivity." *The Quarterly Journal of Economics* 119(2): 613–646.
- Allen, D. 2023. *Justice by Means of Democracy*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Alstadsæter, A., Godar, S., Nicolaidis, P., and Zucman, G. 2023. *Global Tax Evasion Report 2024*. Paris: EU Tax Observatory.
- Andre, P., Boneva, T., Chopra, F., and Falk, A. 2024. "Globally Representative Evidence on the Actual and Perceived Support for Climate Action." *Nature Climate Change*.
- Barrett, S. 2011. "Stop! The Polio Vaccination Cessation Game." *The World Bank Economic Review* 24(3): 361–385.
- Barro, R. J., and J.-W. Lee. 2018. Dataset of Education-al Attainment, June 2018 Revision. <http://www.barrolee.com>. Accessed 9 August 2023.
- Bartley Johns, M., Brenton, P., Cali, M., Hoppe, M., and Piermartini, R. 2015. *The Role of Trade in Ending Poverty*. Washington, DC: World Bank.
- Bearce, D. H., and Joliff Scott, B. J. 2019. "Popular Non-Support for International Organizations: How Extensive and What Does This Represent?" *The Review of International Organizations* 14: 187–216.
- Bednar, J. 2021. "Polarization, Diversity, and Democratic Robustness." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2113843118.
- Birdsall, M., Campos, J. E. L., Kim, C.-S., Corden, W. M., MacDonald, L., Pack, H., Page, J., and others. 1993. "The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy: Main Report." World Bank Policy Research Paper, World Bank, Washington, DC.
- Boese, V. A., Alizada, N., Lundstedt, M., Morrison, K., Natsika, N., Sato, Y., Tai, H., and Lindberg, S. I. 2022. *Democracy Report 2022. Autocratization Changing Nature?* Gothenburg, Sweden: Varieties of Democracy Institute at the University of Gothenburg.
- Bollyky, T. J., Hulland, E. N., Barber, R. M., Collins, J. K., Kiernan, S., Moses, M., Pigott, D. M., and others. 2022b. "Pandemic Preparedness and Covid-19: An Exploratory Analysis of Infection and Fatality Rates, and Contextual Factors Associated with Preparedness in 177 Countries, from Jan 1, 2020, to Sept 30, 2021." *The Lancet* 399(10334): 1489–1512.
- Buchholz, W., and Sandler, T. 2021. "Global Public Goods: A Survey." *Journal of Economic Literature* 59(2): 488–545.
- Card, D., Chang, S., Becker, C., Mendelsohn, J., Voigt, R., Boustan, L., Abramitzky, R., and Jurafsky, D. 2022. "Computational Analysis of 140 Years of US Political Speeches Reveals More Positive but Increasingly Polarized Framing of Immigration." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(31): e2120510119.
- Carleton, T., Jina, A., Delgado, M., Greenstone, M., Houser, T., Hsiang, S., Hultgren, A., and others. 2022. "Valuing the Global Mortality Consequences of Climate Change Accounting for Adaptation Costs and Benefits." *The Quarterly Journal of Economics* 137(4): 2037–2105.
- Cerra, V., Fatás, A., and Saxena, S. C. 2023. "Hysteresis and Business Cycles." *Journal of Economic Literature* 61(1): 181–225.
- Chen, M. W., Mrkaic, M. M., and Nabar, M. M. S. 2019. "The Global Economic Recovery 10 Years after the 2008 Financial Crisis." Working Paper No. 2019/083, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Clayton, S., and Karazsia, B. T. 2020. "Development and Validation of a Measure of Climate Change Anxiety." *Journal of Environmental Psychology* 69: 101434.
- Cohen, J. 2023. "Polio Eradication Effort Struggles with End Game." *Science* 381(6664): 1271–1272.
- Conceição, P., and Mendoza, R. U. 2006. "Identifying High-Return Investments." In Kaul, I., and Conceição, P., (eds.), *The New Public Finance: Responding to Global Challenges*. New York: Oxford University Press.
- Daly, M., and Macchia, L. 2023. "Global Trends in Emotional Distress." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(14): e2216207120.
- De Vries, C. E., Hobolt, S. B., and Walter, S. 2021. "Politicizing International Cooperation: The Mass Public, Political Entrepreneurs, and Political Opportunity Structures." *International Organization* 75(2): 306–332.
- Deitelhoff, N. 2020. "What's in a Name? Contestation and Backlash against International Norms and Institutions." *The British Journal of Politics and International Relations* 22(4): 715–727.
- Dellmuth, L. M., and Tallberg, J. 2015. "The Social Legitimacy of International Organisations: Interest Representation,

Institutional Performance, and Confidence Extrapolation in the United Nations.” *Review of International Studies* 41(3): 451–475.

Demeritt, A., and Hoff, K. 2023. “Using Behavioral Economics to Reduce Poverty and Oppression.” *Social Philosophy and Policy* 40(1): 185–209.

Druedahl, L. C., Minssen, T., and Price, W. N. 2021. “Collaboration in Times of Crisis: A Study on Covid-19 Vaccine R&D Partnerships.” *Vaccine* 39(42): 6291–6295.

Engel, J., Kokas, D., Lopez-Acevedo, G., and Maliszewska, M. 2021. *The Distributional Impacts of Trade: Empirical Innovations, Analytical Tools, and Policy Responses*. Washington, DC: World Bank.

Engler, P., Honjo, K., MacDonald, M., Piazza, R., and Sher, G. 2020. “The Macroeconomic Effects of Global Migration.” In *World Economic Outlook: The Great Lockdown*. Washington, DC: International Monetary Fund.

Fernbach, P. M., and Van Boven, L. 2022. “False Polarization: Cognitive Mechanisms and Potential Solutions.” *Current Opinion in Psychology* 43: 1–6.

FMI (Fundo Monetário Internacional). 2001. “Global Trade Liberalization and the Developing Countries”. Washington DC: FMI.

FMI (Fundo Monetário Internacional). 2023. Base de dados do World Economic Outlook. Edição de outubro de 2023. Washington, DC. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/October>. Acedido em 15 de novembro de 2023.

Frankel, J. A., and Romer, D. 2017. “Does Trade Cause Growth?” In *Global Trade*. Milton Park, UK: Routledge.

Funke, M., Schularick, M., and Trebesch, C. 2016. “Going to Extremes: Politics after Financial Crises, 1870–2014.” *European Economic Review* 88: 227–260.

Funke, M., Schularick, M., and Trebesch, C. 2023. “Populist Leaders

and the Economy.” *American Economic Review* 113(12): 3249–3288.

Gallup. 2023. Gallup World Poll database. Accessed 7 September 2023.

Ganapati, S., and Wong, W. F. 2023. “How Far Goods Travel: Global Transport and Supply Chains from 1965–2020.” NBER Working Paper 31167, National Bureau of Economic Research, Cambridge MA.

Gleeson, D., Townsend, B., Tenni, B. F., and Phillips, T. 2023. “Global Inequities in Access to Covid-19 Health Products and Technologies: A Political Economy Analysis.” *Health & Place*: 103051.

Graeber, T., Roth, C., and Zimmermann, F. 2023. “Stories, Statistics, and Memory.” CESifo Working Paper 10107, Munich, Germany.

Guiso, L., Herrera, H., Morelli, M., and Sonno, T. 2019. “Global Crises and Populism: The Role of Euro-zone Institutions.” *Economic Policy* 34(97): 95–139.

Gur, T., Ayal, S., and Halperin, E. 2021. “A Bright Side of Sadness: The Depolarizing Role of Sadness in Inter-group Conflicts.” *European Journal of Social Psychology* 51(1): 68–83.

Gyöngyösi, G., and Verner, E. 2022. “Financial Crisis, Creditor-Debtor Conflict, and Populism.” *The Journal of Finance* 77(4): 2471–2523.

Henkel, L., Sprengholz, P., Korn, L., Betsch, C., and Böhm, R. 2023. “The Association between Vaccination Status Identification and Societal Polarization.” *Nature Human Behaviour* 7(2): 231–239.

Hickman, C., Marks, E., Pihkala, P., Clayton, S., Lewandowski, R. E., Mayall, E. E., Wray, B., Mellor, C., and van Susteren, L. 2021. “Climate Anxiety in Children and Young People and Their Beliefs About Government Responses to Climate Change: A Global Survey.” *The Lancet Planetary Health* 5(12): e863–e873.

Hobolt, S. B., Leeper, T. J., and Tilley, J. 2021. “Divided by the Vote: Affective Polarization in the Wake of the Brexit Referendum.” *British Journal of Political Science* 51(4): 1476–1493.

Holland, A., and Pazarbasioglu, C. 2024. “How to Ease Rising External Debt-Service Pressures in Low-Income Countries.” <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2024/01/24/how-to-ease-rising-external-debt-service-pressures-in-low-income-countries>.

Ibrahim, S. S. 2006. “From Individual to Collective Capabilities: The Capability Approach as a Conceptual Framework for Self-Help.” *Journal of Human Development and Capabilities* 7(3): 397–416.

Inglehart, R., Haerpfer, C., Moreno, A., Welzel, C., Kizilova, K., Diez-Medrano, J., Lagos, M., and others. 2022. “World Values Survey.” Madrid: JD Systems Institute and Vienna: WVSA Secretariat.

IRC (Comité Internacional de Resgate). 2023. “Dia Mundial do Refugiado: 110 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo: Get the Facts”. IRC, 13 de junho.

Iyengar, S., Sood, G., and Lelkes, Y. 2012. “Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective on Polarization.” *Public Opinion Quarterly* 76(3): 405–431.

Kanbur, S. R., Sandler, T., and Morrison, K. M. 1999. *The Future of Development Assistance: Common Pools and International Public Goods*. Washington, DC: Overseas Development Council.

Kaul, I., and Conceição, P. 2006. *The New Public Finance: Responding to Global Challenges*. New York: Oxford University Press.

Kaul, I., Conceição, P., Le Goulven, K., and Mendoza, R. U. 2003. *Providing Global Public Goods: Managing Globalization*. Oxford University Press.

Kaul, I., Grunberg, I., and Stern, M. 1999. *Global Public Goods*. New York, NY: Oxford University Press.

- Koczan, Z., Peri, G., Pinat, M., and Rozhkov, D. 2021. "The Impact of International Migration on Inclusive Growth: A Review." IMF Working Paper 2021/088, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Kumar, A., Blum, J., Le, T. T., Havelange, N., Magini, D., and Yoon, I.-K. 2022. "The mRNA Vaccine Development Landscape for Infectious Diseases." *National Reviews Drug Discovery* 21(5): 333–334.
- Kurlantzick, J. 2022. *The Revival of Military Rule in South and Southeast Asia: Dangers to the Region's Democratic Future*. Washington, DC: Council on Foreign Relations.
- Lane, P. R., and Milesi-Ferretti, G. M. 2018. "The Ex-ternal Wealth of Nations Revisited: International Financial Integration in the Aftermath of the Global Financial Crisis." *IMF Economic Review* 66: 189–222.
- Lenton, T. M., Boulton, C. A., and Scheffer, M. 2022. "Resilience of Countries to Covid-19 Correlated with Trust." *Scientific Reports* 12(1): 75.
- Leßmann, O. 2022. "Collectivity and the Capability Approach: Survey and Discussion." *Review of Social Economy* 80(4): 461–490.
- Levin, S. A., Milner, H. V., and Perrings, C. 2021. "The Dynamics of Political Polarization." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2116950118.
- McCoy, J., and Somer, M. 2019. "Toward a Theory of Pernicious Polarization and How It Harms Democracies: Comparative Evidence and Possible Remedies." *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 681(1): 234–271.
- Mian, A., Sufi, A., and Trebbi, F. 2014. "Resolving Debt Overhang: Political Constraints in the Aftermath of Financial Crises." *American Economic Journal: Macroeconomics* 6(2): 1–28.
- Msemburi, W., Karlinsky, A., Knutson, V., Aleshin-Guendel, S., Chatterji, S., and Wakefield, J. 2023. "The WHO Estimates of Excess Mortality Associated with the Covid-19 Pandemic." *Nature* 613(7942): 130–137.
- NASA (US National Aeronautics and Space Administration). 2023. "NASA Announces Summer 2023 Hottest on Record." Press Release, 14 September. <https://www.nasa.gov/press-release/nasa-announces-summer-2023-hottest-on-record>.
- Neill, R., Neel, A. H., Cardona, C., Bishai, D., Gupta, S., Mohan, D., Jain, N., Basu, S., and Closser, S. 2023. "Everyday Capabilities Were a Path to Resilience During Covid-19: A Case Study of Five Countries." *Health Policy and Planning* 38(2): 192–204.
- Nichols, M. 2021. "An Epidemic' of Coups, U.N. Chief Laments, Urging Security Council to Act." *Reuters*, 26 October. <https://www.reuters.com/world/an-epidemic-coups-un-chief-laments-urging-security-council-act-2021-10-26/>. Accessed 16 November 2023.
- Nye Jr, J. S. 2001. "Globalization's Democratic Deficit: How to Make International Institutions More Account-able." *Foreign Affairs* 80: 2.
- O'Madagain, C., and Tomasello, M. 2022. "Shared Intentionality, Reason-Giving and the Evolution of Human Culture." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 377(1843): 20200320.
- OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos). 2024. "Fórum Mundial sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais". OCDE, Paris.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). 2023. OECD.Stat. <https://stats.oecd.org>. Acedido em 20 de setembro de 2023.
- OIM (Organização Internacional para as Migrações). 2022. The World Migration Report 2022. Genebra: OIM.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2023. IL-OSTATdatabase. <https://ilostat.ilo.org/data/>. Acedido em 22 de novembro de 2023.
- Pelenc, J., Bazile, D., and Ceruti, C. 2015. "Collective Capability and Collective Agency for Sustainability: A Case Study." *Ecological Economics* 118: 226–239.
- Persson, Å., and Bennich, T. 2023. *Global Sustainable Development Report 2023*. New York: United Nations.
- Prados de la Escosura, L. 2022. *Human Development and the Path to Freedom: 1870 to the Present*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Rauschmayer, F., Polzin, C., Mock, M., and Omann, I. 2018. "Examining Collective Action through the Capability Approach: The Example of Community Currencies." *Journal of Human Development and Capabilities* 19(3): 345–364.
- Sandler, T. 1997. *Global Challenges: An Approach to Environmental, Political, and Economic Problems*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Schimmelpfennig, R., Razek, L., Schnell, E., and Muthukrishna, M. 2022. "Paradox of Diversity in the Collective Brain." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 377(1843): 20200316.
- Schneider, C. J. 2018. "The Domestic Politics of Inter-national Cooperation." *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Sen, A. 1999. *Development as Freedom*. New York, NY: Anchor Books.
- Sen, A. 2013. "The Ends and Means of Sustainability." *Journal of Human Development and Capabilities* 14(1): 6–20.
- Seong, J., White, O., Woetzel, J., Smit, S., Devesa, T., Birshan, M., and Samandari, H. 2022. "Global Flows: The Ties That Bind in an Interconnected World." McKinsey Global Institute Discussion Paper (November).
- Sparkman, G., Geiger, N., and Weber, E. U. 2022. "Americans Experience a

False Social Reality by Underestimating Popular Climate Policy Support by Nearly Half.” *Nature Communications* 13(1): 4779.

Stanley, S. K., Hogg, T. L., Leviston, Z., and Walker, I. 2021. “From Anger to Action: Differential Impacts of Eco-Anxiety, Eco-Depression, and Eco-Anger on Climate Action and Wellbeing.” *The Journal of Climate Change and Health* 1: 100003.

Stiglitz Commission. 2009. “Report of the Commission of Experts of the President of the United Nations General Assembly on Reforms of the International Monetary and Financial System.” United Nations, New York.

Stiglitz, J. 1998. “Distinguished Lecture on Economics in Government: The Private Uses of Public Interests: Incentives and Institutions.” *Journal of Economic Perspectives* 12(2): 3–22.

Tomasello, M. 2022. *The Evolution of Agency*. Cambridge, MA: MIT Press.

UIP (União Interparlamentar). 2023. Base de dados da ParLine: Classificação mensal das mulheres nos parlamentos nacionais. <https://data.ipu.org/women-ranking>. Acedido em 1 de agosto de 2023.

UIT (União Internacional das Telecomunicações). 2022. Relatório sobre a conectividade mundial 2022. Genebra: UIT.

UN (United Nations). 2023. “Valuing What Counts: Framework to Progress Beyond Gross Domestic Product.” Our Common Agenda Policy Brief 4. New York: UN.

UNDESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs). 2022. *World Population Prospects: The 2022 Revision*. New York. <https://population.un.org/wpp/>. Accessed 1 August 2023.

UNDESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs). 2023. *World Economic Situation and Prospects* 2023. <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world->

[economic-situation-and-prospects-2023/](#). Accessed 15 November 2023.

UNDP (United Nations Development Programme). 2009. *Human Development Report 2009: Overcoming Barriers: Human Mobility and Development*. New York: UNDP.

UNDP (United Nations Development Programme). 2020. *Human Development Report 2020. The Next Frontier: Human Development and the Anthropocene*. New York: UNDP.

UNDP (United Nations Development Programme). 2022a. *Human Development Report 2021/2022. Uncertain Times, Unsettled Lives: Shaping Our Future in a World in Transformation*. New York: UNDP.

UNDP (United Nations Development Programme). 2022b. *New Threats to Human Security in the Anthropocene: Demanding Greater Solidarity*. New York: UNDP.

UNDP (United Nations Development Programme). 2023a. *2023 Gender Social Norms Index. Breaking Down Gender Biases: Shifting Social Norms Towards Gender Equality*. New York: UNDP.

UNDP (United Nations Development Programme). 2023b. *Soldiers and Citizens: Military Coups and the Need for Democratic Renewal in Africa*. New York: UNDP.

UNEP (United Nations Environment Programme). 2023. International Resource Panel’s Global material flows database. <https://www.resourcepanel.org/global-material-flows-database>. Accessed 18 December 2023.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) Institute for Statistics. 2023. UIS Developer Portal, Bulk Data Download Service. <https://apiportal.uis.unesco.org/bdds>. Accessed 19 September 2023.

UNHCR (Office of the United Nations High Commissioner for Refugees). 2023. Refugee Data Finder. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/>.

United Nations Secretary-General. 2023. “Note to Correspondents – on a United Nations Framework Convention on International Tax Cooperation.” 30 November. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/note-correspondents/2023-11-30/note-correspondents-%E2%80%93-united-nations-framework-convention-international-tax-cooperation>.

United Nations Statistics Division. 2023. National Accounts Main Aggregates Database. <http://unstats.un.org/unsd/snaama>. Accessed 15 November 2023.

Vaidyanathan, G. 2024. “A Giant Fund for Climate Disasters Will Soon Open. Who Should Be Paid First?” *Nature*, 29 January. <https://www.nature.com/articles/d41586-024-00149-x>.

Van Bavel, J. J., Pretus, C., Rathje, S., Pärnamets, P., Vlasceanu, M., and Knowles, E. D. Forthcoming. “The Costs of Polarizing a Pandemic: Antecedents, Consequences, and Lessons.” *Perspectives on Psychological Science*: 17456916231190395.

Vogt, S., Mohammed Zaid, N. A., El Fadil Ahmed, H., Fehr, E., and Efferson, C. 2016. “Changing Cultural Attitudes Towards Female Genital Cutting.” *Nature* 538(7626): 506–509.

Wagner, M. 2021. “Affective Polarization in Multiparty Systems.” *Electoral Studies* 69: 102199.

Walter, S. 2021. “The Backlash against Globalization.” *Annual Review of Political Science* 24: 421–442.

Wang, H., Paulson, K. R., Pease, S. A., Watson, S., Comfort, H., Zheng, P., Aravkin, A. Y., and others. 2022. “Estimating Excess Mortality Due to the Covid-19 Pandemic: A Systematic Analysis of Covid-19-Related Mortality, 2020–21.” *The Lancet* 399(10334): 1513–1536.

Watson, O. J., Barnsley, G., Toor, J., Hogan, A. B., Winskill, P., and Ghani, A. C. 2022. “Global Impact of the First Year of Covid-19 Vaccination: A Mathematical Modelling Study.” *The*

Lancet Infectious Diseases 22(9): 1293–1302.

White, J. 2023. *In the Long Run: The Future as a Political Idea*. London: Profile Books.

White, O., Woetzel, J., Smit, S., Seong, J., and Devesa, T. 2023. “The Complication of Concentration in Global Trade.” McKinsey Global Institute, 12 January.

WHO (World Health Organization), UNICEF (United Nations Children’s Fund), UNFPA (United Nations Population Fund), World Bank Group and UNDESA(United Nations Department of Economic and Social Affairs)/Population Division. 2023. *Trends in Maternal Mortality 2000 to 2020: Estimates by WHO, UNICEF, UNFPA, World Bank Group and UNDESA/Population Division*. Geneva: World Health Organization. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240068759>. Accessed 1 August 2023.

World Bank. 2023. World Development Indicators database. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Accessed 7 November 2023.

WTO (World Trade Organization). 2023. *Global Trade Outlook and Statistics*. Geneva: WTO.

Wullenkord, M. C., Tröger, J., Hamann, K. R. S., Loy, L. S., and Reese, G. 2021. “Anxiety and Climate Change: A Validation of the Climate Anxiety Scale in a German-Speaking Quota Sample and an Investigation of Psychological Correlates.” *Climatic Change* 168(3): 20.

Xing, Y., Gentile, E., and Dollar, D. 2021. *Global Value Chain Development Report 2021: Beyond Production*. Manila: Asian Development Bank; Beijing: Research Institute for Global Value Chains at the University of International Business and Economics; Geneva: World Trade Organization; Chiba, Japan: Institute of Developing Economies–Japan External Trade Organization; and Beijing: China Development Research Foundation.

Zedillo, E., Thiam, T., Amoako, K., Andersson, G.-B., Bergsten, C. F., Dervis, K., El-Ashry, M. T., and others. 2006. *Meeting Global Challenges: International Cooperation in the National Interest*. Report of the International Task Force on Global Public Goods.

CHAVE PARA AS CLASSIFICAÇÕES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2022

Afganistão	182	Cuba	85	Jordânia	99	Quênia	146
África do Sul	110	Dinamarca	5	Kiribati	137	Quirguizistão	117
Albânia	74	Dominica	97	Kuwait	49	Reino Unido	15
Alemanha	7	Egipto	105	Lesoto	168	República Árabe da Síria	157
Andorra	35	El Salvador	127	Letónia	37	República Centro-Africana	191
Angola	150	Emirados Árabes Unidos	17	Libano	109	República Checa	32
Antígua e Barbuda	54	Equador	83	Libéria	177	Rep. Dem. Pop. do Laos	139
Arábia Saudita	40	Eritreia	175	Libia	92	República Dominicana	82
Argélia	93	Eslováquia	45	Liechtenstein	12	Roménia	53
Argentina	48	Eslovénia	22	Lituânia	37	Ruanda	161
Arménia	76	Espanha	27	Luxemburgo	20	Samoa	116
Austrália	10	Estados Unidos	20	Macedónia do Norte	83	Santa Lúcia	108
Áustria	22	Estónia	31	Madagáscar	177	São Cristóvão e Nevis	51
Azerbaijão	89	Eswatini (Reino de)	142	Malásia	63	São Marino	43
Bahamas	57	Etiópia	176	Malawi	172	São Tomé e Príncipe	141
Bangladesh	129	Federação Russa	56	Maldivas	87	São Vicente e Granadinas	81
Barbados	62	Fiji	104	Mali	188	Senegal	169
Barém	34	Filipinas	113	Malta	25	Serra Leoa	184
Bélgica	12	Finlândia	12	Marrocos	120	Sérvia	65
Belize	118	França	28	Maurícia	72	Seychelles	67
Benim	173	Gabão	123	Mauritânia	164	Singapura	9
Bielorrússia	69	Gâmbia	174	México	77	Somália	193
Bolívia (Estado Pluri. da)	120	Gana	145	Micronésia (Est. Fed. da)	135	Sri Lanka	78
Bósnia e Herzegovina	80	Geórgia	60	Moçambique	183	Sudão	170
Botsuana	114	Granada	73	Moldávia (Rep. da)	86	Sudão do Sul	192
Brasil	89	Grécia	33	Mónaco		Suécia	5
Brunei Darussalam	55	Guatemala	136	Mongólia	96	Suíça	1
Bulgária	70	Guiana	95	Montenegro	50	Suriname	124
Burquina Faso	185	Guiné	181	Myanmar	144	Tailândia	66
Burundi	187	Guiné Equatorial	133	Namíbia	142	Tajiquistão	126
Butão	125	Guiné-Bissau	179	Nauru	122	Tanzânia (Rep. Unida da)	167
Cabo Verde	131	Haiti	158	Nepal	146	Timor-Leste	155
Camarões	151	Honduras	138	Nicarágua	130	Togo	163
Camboja	148	Hong Kong, China (SAR)	4	Níger	189	Tonga	98
Canadá	18	Hungria	47	Nigéria	161	Trinidade e Tobago	60
Cazaquistão	67	Iémen	186	Noruega	2	Tunísia	101
Chade	189	Ilhas Marshall	102	Nova Zelândia	16	Turquemenistão	94
Chile	44	Ilhas Salomão	156	Omã	59	Turquia	45
China	75	Índia	134	Países Baixos	10	Tuvalu	132
Chipre	29	Indonésia	112	Palau	71	Ucrânia	100
Colômbia	91	Irão (República Islâmica do)	78	Palestina, Estado de	111	Uganda	159
Comores	152	Iraque	128	Panamá	57	Uruguai	52
Congo (Rep. Dem. do)	180	Irlanda	7	Papua-Nova Guiné	154	Uzbequistão	106
Congo	149	Islândia	3	Paquistão	164	Vanuatu	140
Coreia (Rep. Pop. Dem. da)		Israel	25	Paraguai	102	Venezuela (Rep. Boliv. da)	119
Coreia (República da)	19	Itália	30	Peru	87	Vietname	107
Costa do Marfim	166	Jamaica	115	Polónia	36	Zâmbia	153
Costa Rica	64	Japão	24	Portugal	42	Zimbabué	159
Croácia	39	Jibuti	171	Qatar	40		